

Vi-TECH

WWW.ABIMED.ORG.BR | EDIÇÃO 6 • 2023

Vida e Tecnologia

SEGURANÇA

DO PACIENTE

Rubens Covello fala sobre o papel vital da Acreditação no sistema de saúde global

TERMÔMETRO

ABIMED

Análise indica expectativas positivas para o setor de dispositivos médicos

COMPLEXO

INDUSTRIAL

Estratégias para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde

CUSTOS DO CÂNCER NO BRASIL

Despesa com tratamento em oncologia no SUS registra crescimento de 400%



ABiMED
TECNOLOGIA. SAÚDE. VIDA.





ÍNDICE

- 06** _ **MENSAGEM DO PRESIDENTE**
Neoindustrialização do Brasil. Estratégias para o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.
- 08** _ **ENTREVISTA**
Rubens Covello, CEO da maior acreditadora da América Latina, fala sobre o papel vital da Acreditação no sistema de saúde global.
- 14** _ **TERMÔMETRO ABIMED**
Análise indica expectativas positivas para o setor de dispositivos médicos para o segundo semestre.
- 20** _ **PESQUISA DE EXPERIÊNCIA**
ABIMED avalia o grau de satisfação das associadas, oportunidades e áreas para melhorias.
- 22** _ **REPORTAGEM DE CAPA**
Custos do Câncer no Brasil. Despesa com tratamento atingiu R\$ 4 bilhões em 2022.
- 30** _ **COMPLEXO INDUSTRIAL**
Estratégias para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.
- 36** _ **REFORMA TRIBUTÁRIA**
O que deve mudar na saúde com a aprovação da reforma tributária.
- 40** _ **AMBIENTE DE NEGÓCIOS**
Tendências das cadeias de suprimentos de Life Sciences e Healthcare.
- 44** _ **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**
Machine learning na medicina. Algoritmos têm apoiado e orientado diagnósticos.





44

50 _ ESG 2030

Organizações devem promover avanços significativos na implementação das práticas ESG até 2030.

54 _ ROI DO BEM-ESTAR

Benefícios abrangentes de bem-estar oferecem um retorno direto sobre o investimento.

58 _ ETARISMO

Empresas não têm políticas para contratação de profissionais de 50 anos ou mais.

64 _ ÉTICA E COMPLIANCE

O impacto da Lei Anticorrupção na cultura de compliance.

70 _ IMPACTO SOCIAL POSITIVO

A jornada de Rubem Ariano, fundador e conselheiro do Instituto Horas da Vida.

30



NEOINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL



FERNANDO SILVEIRA FILHO

Estratégias para o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde visam reduzir a dependência externa e ampliar o acesso à saúde

As discussões acerca da política industrial e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde voltaram à agenda do governo brasileiro. Desde o ano passado, a **ABIMED** (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde), em conjunto com outras entidades do setor, já vinha defendendo a importância de a indústria brasileira aproveitar a reestruturação produtiva internacional resultante dos movimentos provocados pela pandemia para passar a ser um player relevante nas cadeias globais de abastecimento.

O momento traz boas perspectivas para o setor. A possibilidade de novos investimentos com a utilização de recursos de créditos suplementares e a nova política para o mercado devem favorecer o segmento de dispositivos médicos.

Esse é um dos destaques da sexta edição da **Vi-Tech**, que traz em detalhes os 6 programas da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, iniciativa anunciada pelo Governo Federal que prevê investimento de R\$ 42 bilhões até 2026. O governo trabalha com a meta de passar a produzir 70% de todos os insumos em saúde utilizados no país em prazo de até dez anos.

A ação, que visa reduzir a dependência externa, está alinhada aos atuais e preocupantes gargalos do setor. A reportagem de capa mostra que os gastos com tratamento de câncer no Sistema Único de Saúde (SUS) foram de R\$ 4 bilhões em 2022, o que representa um crescimento de 400% nos últimos quatro anos. A alta é justificada, em parte, pelo diagnóstico tardio de alguns tipos de neoplasias, pela incorporação de novos medicamentos e pelo impacto da pandemia de covid-19 no sistema de saúde. Não há dúvidas de que o enfrentamento depende de aumento de recursos, incorporação tecnológica e política nacional.

A edição também traz a percepção das associadas com relação ao andamento dos negócios nas perspectivas de curto e médio prazos. Os resultados apontam para um cenário que, embora positivo, também traz aspectos preocupantes para o segmento. A análise sugere alguns pontos de atenção, principalmente no que se refere ao abastecimento. No entanto, todas as empresas ouvidas esperam crescer no segundo semestre deste ano, com variações na porcentagem desse crescimento.

Um dos fatores para o otimismo é a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. O assunto é relevante, pois a reforma deverá promover uma mudança significativa na forma de apuração dos tributos das empresas. A ABIMED, em conjunto com



diversas outras entidades associativas do setor de saúde, contribuiu com os legisladores no sentido de que a reforma tributária reconhecesse a essencialidade do setor, em toda sua cadeia produtiva, por meio de alíquotas diferenciadas, de forma a dar à população maior acesso ao atendimento e ao cuidado com a saúde.

Em certa medida, tais anseios foram atendidos, em particular com o tratamento diferenciado e a redução da alíquota relativa aos dispositivos médicos, um setor que emprega mão de obra qualificada, é gerador de renda e, se devidamente estimulado, com a simplificação do sistema tributário nacional, pode ser um importante vetor de crescimento para o país.

Para a ABIMED, a reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados, e que deve seguir o mesmo caminho no Senado Federal, posiciona o Brasil de forma equilibrada e competitiva com outros países, a exemplo daqueles que fazem parte da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por trazer mais transparência para o consumidor, perspectiva de redução de custos e melhoria da segurança jurídica para as empresas.

Boa leitura!

FERNANDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ABIMED

SEGURANÇA DO PACIENTE

O papel vital da Acreditação no sistema de saúde global



O SISTEMA DE SAÚDE ESTÁ CONSTANTEMENTE PREOCUPADO EM MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PARA GARANTIR UMA ASSISTÊNCIA MAIS SEGURA PARA OS PACIENTES, NO BRASIL E NO MUNDO. UM DOS FATORES QUE FAZEM A SAÚDE EVOLUIR É A ACREDITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES COMO HOSPITAIS, CLÍNICAS, SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA, ENTRE OUTROS.

Em entrevista à revista **Vi-Tech**, Rubens Covello, CEO da maior acreditadora da América Latina, a Quality Global Alliance (QGA), conta como o foco no paciente foi fundamental para a Acreditação canadense chegar ao Brasil. A QGA é cocriadora da única Aliança Global para o desenvolvimento e a implementação de padrões mundiais de excelência em saúde com foco no paciente, a Health Standards Organization (HSO), que acumula mais de 20 mil serviços acreditados no mundo, distribuídos em 40 países.

Há mais de 25 anos, Covello trabalha pela evolução dos serviços da saúde no Brasil a partir da construção de uma mentalidade com base na qualidade da assistência e na segurança do paciente.





Qual o principal objetivo de trazer para o país a metodologia de Acreditação canadense?

Quando nós fomos procurar uma metodologia internacional para trazer para o Brasil, eu procurei diversas metodologias em vários países, com diferentes desenhos, e optamos pelo Canadá. Isso se deu por algumas razões. A primeira delas é que, em 2006, o Canadá já tinha o paciente no foco das decisões. A pessoa já era o foco no processo da assistência, da qualidade e da segurança. Além disso, o sistema de saúde canadense é focado em rentabilidade, em custo. Então, os procedimentos são sempre vistos de tal maneira que haja o menor gasto possível, com a melhor qualidade. Eu entendia que qualidade não era custo, e vi no modelo canadense essa diferenciação. Por fim, a última razão pela qual me identifiquei com o modelo canadense é que, naquela época, o procedimento já analisava o modelo de gestão das instituições, entendendo que a governança clínica seria muito importante. Por conta desses fatores, ficou muito fácil definir qual modelo trazer para o Brasil.

Quais foram os principais desafios da adoção desse modelo no Brasil?

Um dos grandes desafios de trazer esse modelo é que ele era moderno demais para o sistema brasileiro de saúde. Nós não tínhamos um modelo baseado no paciente como centro das decisões, era um desenho muito nos moldes do processo americano, e as instituições Acreditadas tinham certificação apenas do modelo nacional, o que hoje ainda persiste. Então, o maior desafio foi entender quais seriam as vantagens que as instituições teriam em inserir essa nova metodologia. Outro desafio que tivemos foi fazer com que as instituições entendessem o nosso modelo de melhoria contínua, focado em diversos avanços na gestão.



Qual a sua visão em relação ao comportamento do mercado nacional sobre Acreditação? Existe alguma diferença com o resto do mundo?

A Acreditação no Brasil tem um crescimento muito interessante, não na velocidade que a gente queria, mas existe um entendimento um pouco melhor dentro das instituições de saúde sobre a sua importância. O mais interessante é reparar que instituições que foram acreditadas nove anos atrás continuam acreditadas, pois não saíram do processo. É um grau de fidelização com a meto-

A INDÚSTRIA É EXTREMAMENTE IMPORTANTE NESSA MESA DE DISCUSSÃO DA SEGURANÇA DO PACIENTE

dologia muito importante. Existem movimentos que tentam tornar a Acreditação obrigatória, mas eu entendo que isso não deve ser necessário. É importante que o processo mantenha o desenho que existe hoje: transparente e realizado em instituições maduras.

É preciso envolver mais a indústria médica em questões que envolvam a gestão e a qualidade de prestadores da saúde?

A indústria é extremamente importante nessa mesa de discussão da segurança do paciente, do

gerenciamento de risco, da experiência do paciente. Nós necessitamos obrigatoriamente que a indústria venha para dentro da mesa de discussão e coloque, como nós, o paciente no centro das decisões. Tenho certeza de que ganharíamos muito com a presença da indústria nesse processo.

Além do corpo médico, qual a importância dos profissionais de saúde nesse processo?

De maneira geral, é o corpo de enfermagem quem está na frente desse desenho de certificação, de avaliação de terceira parte ou, como eu digo, de validação da qualidade assistencial de gestão das instituições de saúde. São eles que estão à frente de todo esse movimento. A enfermagem entendeu claramente a importância de colocar o paciente no centro das decisões. Os profissionais médicos têm feito um movimento importante, sobretudo em alguns países europeus e no Canadá, na relação com o paciente. Agora, principalmente, há um entendimento da necessidade de ouvir o paciente. As lideranças têm dificuldade para entender que qualidade não é custo, que qualidade é segurança e, acima de tudo, traz rentabilidade institucional. Nós estamos falando de processos, protocolos, evidências científicas, e as lideranças têm que olhar de uma maneira diferente para o processo de acreditação, elas precisam entender que isso não é uma ferramenta de marketing. A Acreditação é uma ferramenta de melhoria contínua. Para que essa melhoria contínua aconteça, nós temos que envolver toda a equipe multiprofissional, todos os stakeholders do sistema.

Em que estágio o Brasil está atualmente em relação à questão da qualidade e da acreditação?

Hoje, existe uma discussão muito grande entre nós para incentivar a questão da qualidade, da segurança e da Acreditação. É preciso conversar com os profissionais médicos, envolvendo associações e sociedades multiprofissionais. Agora, o movimento mais difícil de todos é fazer as pessoas entenderem o que é Acreditação para o paciente e para a comunidade. Esses são os grandes desafios que nós temos no momento, e o Brasil ainda está muito longe do movimento de Acreditação

ENTREVISTA

do mundo. A maioria dos países tem 60, 70 ou até 100% de instituições acreditadas, e o último levantamento feito por nós, há três meses, apontou que temos 6,8% de instituições acreditadas no Brasil. Estamos, portanto, muito distantes do entendimento de que a qualidade é algo significativo para a melhoria da vida de todos.

De que maneira isso impacta na gestão clínica e na segurança do paciente?

A Governança Clínica é algo com que nós temos trabalhado bastante. A Governança Clínica é um desenho que foi criado pelo National Health Service (NHS), na Inglaterra, para envolver o profissional médico e o profissional administrativo numa melhora de qualidade e segurança. A gente ainda tem uma dificuldade muito grande de conceituar para as instituições de saúde e os diretores dos hospitais o que é Governança Clínica. Não se trata de gestão do corpo clínico. A Governança Clínica é uma construção de uma melhor qualidade assistencial, baseada em protocolos e evidências científicas, e ancorada em ferramentas de gestão. Governança Clínica é o administrador, o gestor, o líder de mãos dadas com o profissional médico e com a equipe multiprofissional, visando a melhoria contínua da instituição.

Qual o papel da engenharia clínica nesse processo?

Trata-se de algo extremamente importante. Ao falar de engenharia clínica nas instituições de saúde, nós estamos nos referindo à manutenção da engenharia preditiva, de procedimentos que evitem erros e eventos adversos ligados a equipamentos. Então, há uma preocupação cada vez maior com a manutenção preventiva dos equipamentos, em detrimento do cuidado que se dá apenas posteriormente, isto é, depois que os problemas aparecem. É sempre melhor prevenir. A engenharia clínica é algo muito importante que já está na mesa de discussão da Segurança do Paciente. Quando olhamos para um hospital acreditado, nós damos muita importância à engenharia clínica.





Rubens Covello,
CEO da Quality
Global Alliance

HÁ UMA PREOCUPAÇÃO CADA VEZ MAIOR COM A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE EQUIPAMENTOS

A Health Standard Organization (HSO) é responsável por desenvolver padrões, programas de avaliação e outras ferramentas para ajudar os profissionais de saúde e melhorar a assistência aos pacientes. Quais são os próximos passos para crescer cada vez mais, melhorando a saúde, não só no Brasil, mas no mundo?

— Existe um crescimento exponencial da HSO pós-pandemia, pelos resultados que as instituições Acreditadas pelo Qmentum tiveram durante a pandemia. Também existe um crescimento exponencial da HSO no Leste Europeu e em outros países da Europa. Atualmente, estamos expandindo para Grécia e Croácia, e crescendo cada vez mais. Existe um crescimento importante porque as instituições de saúde estão compreendendo o modelo baseado em padrões mais complexos, diferente de outros modelos de Acreditação que são fundamentados em estrutura, segurança e sistemática, no formato de checklist.

Quais são os próximos passos da QGA e da Acreditação no Brasil?

— O nosso próximo passo é um crescimento forte no Brasil, principalmente após a implementação do Qmentum 360°, com foco em redes assistenciais. Esse modelo busca colocar na mesma rede instituições Acreditadas em níveis diferentes: Gold, Platinum e Diamond. Além disso, estamos caminhando com o objetivo de trabalhar a Acreditação na América Latina inteira, em um processo conjunto com o mundo todo.

Termômetro ABIMED

Análise indica **expectativas positivas para o setor de dispositivos médicos** para o segundo semestre. 84% indicaram crescimento na comparação com o primeiro semestre de 2022.



Levantamento trimestral conduzido pela **ABIMED** (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde), o Termômetro ABIMED tem como objetivo medir a percepção das associadas com relação ao andamento dos negócios nas perspectivas de curto e médio prazos. Encerrado o primeiro semestre de 2023, os dados foram atualizados com um índice de participação de 13% das associadas, e os resultados apontam para um cenário que, embora positivo, também traz aspectos preocupantes para o segmento. A análise sugere alguns pontos de atenção, principalmente no que se refere ao abastecimento.

No entanto, todas as empresas ouvidas esperam crescer no segundo semestre deste ano, com variações na porcentagem desse crescimento.

Confira os principais resultados.

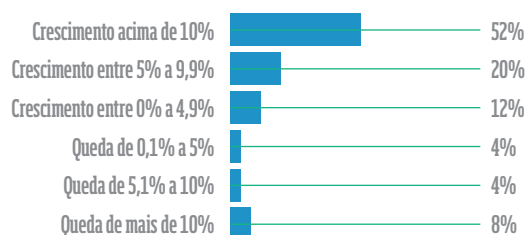


A FALTA DE ITENS RELEVANTES E O AUMENTO NOS PREÇOS TÊM IMPACTO NAS ATIVIDADES LOCAIS

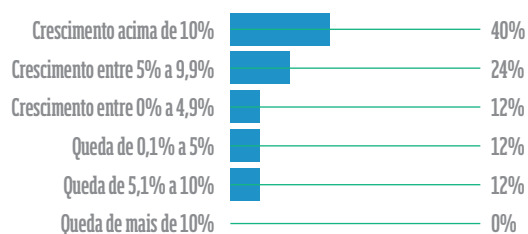
FATURAMENTO

Em termos de faturamento, 84% indicaram crescimento na comparação com o primeiro semestre de 2022, sendo que 52% esperam algo acima de 10%.

Faturamento - Expectativa para o primeiro semestre de 2023, comparado ao primeiro semestre de 2022 (janeiro a junho)



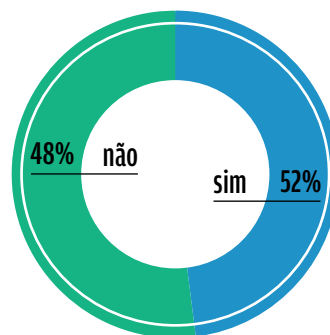
Faturamento - Expectativa para o primeiro semestre de 2023, comparado ao segundo semestre de 2022 (julho a dezembro)



ABASTECIMENTO

O levantamento, porém, sugere alguns pontos de atenção, principalmente no que se refere ao abastecimento do segmento. Em relação à disponibilidade de insumos no primeiro semestre de 2023, 48% das empresas relataram dificuldades na compra de suprimentos, matérias-primas e/ou insumos.

Análise de cenário do primeiro semestre de 2023 - Dificuldade na compra de suprimentos, matérias-primas e/ou insumos





DIFICULDADES

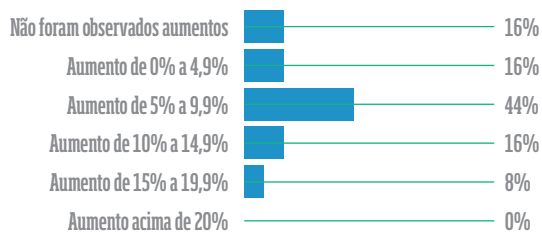
As principais causas para esses problemas no abastecimento, os quais vêm ocorrendo desde o ano passado e continuaram na primeira metade de 2023, foram: disponibilidade do item (48%), aumento dos preços (32%), questões logísticas (20%), conflitos regionais (16%) e aquecimento da demanda mundial (8%).

A falta de itens relevantes e o aumento nos preços têm impacto nas atividades locais. Nessa linha, os respondentes relataram um aumento significativo nos custos setoriais (logística, câmbio, inflação local e externa): 44% falaram em aumento de 5% a 9,9%; e 8%, entre 15% e 19,9%.

Fatores relevantes na dificuldade de compra de suprimentos, matérias-primas e/ou insumos



Análise do primeiro semestre de 2023 - Aumentos nos custos setoriais



ESTUDO



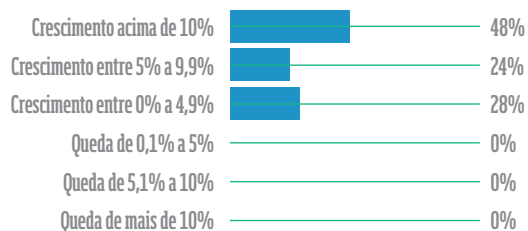
SEGUNDO SEMESTRE

Apesar dos desafios apresentados, quando perguntadas sobre as perspectivas para o segundo semestre de 2023, a expectativa é positiva, mantendo uma trajetória de retomada iniciada a partir do segundo trimestre de 2022.

A maioria (48%) dos respondentes tem uma expectativa acima de 10%; 28% deles, até 4,9%; e 24%, entre 5% e 9,9%.

“Tal otimismo de alguma forma se sustenta”, analisa o presidente-executivo da ABIMED, Fernando Silveira Filho. Quando perguntadas sobre perspectivas de investimento, dadas as reformas estruturais (tributária e administrativa), as associadas demonstram inclinação a ampliar os investimentos no país em uma proporção animadora: 40% pretendem manter os investimentos atuais; 36% querem incorporar novas linhas; e 24% almejam ampliar a capacidade hoje existente.

Análise de cenário - Expectativa para o segundo semestre de 2023



Perspectiva de investimento a médio prazo (3-5 anos) considerando as ocorrências das reformas estruturais (administrativa e tributária)

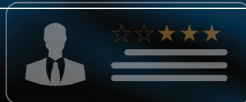




“Com base nesse levantamento, fica patente que a ABIMED representa um grupo de empresas com capacidade e resiliência não só para seguir crescendo, mesmo em cenários de incerteza e dificuldades operacionais, como também, dadas a maior segurança jurídica e a redução do Custo Brasil, para manter e ampliar seus investimentos no país”, conclui Silveira Filho.

O Termômetro ABIMED auxilia o setor de dispositivos e equipamentos médicos a entender o andamento dos negócios e reforça o papel da associação em manter-se sensível às demandas e percepções do mercado, além de explicitar as tendências e as perspectivas para o ano em curso.

ASSOCIADAS ABIMED



PESQUISA DE EXPERIÊNCIA ABIMED

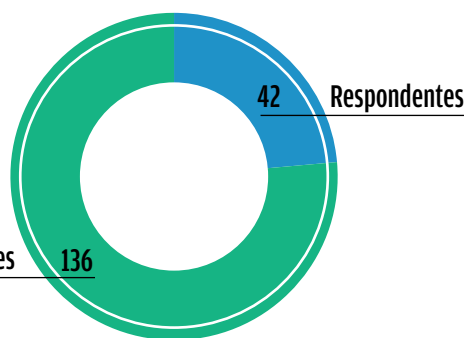
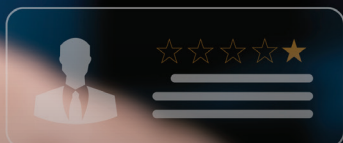
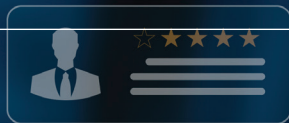
Associação avalia o grau de satisfação das associadas, oportunidades de desenvolvimento e áreas potenciais para melhorias



ENTRE DEZEMBRO DE 2019 E MARÇO DE 2020, A ABIMED CONDUZIU PESQUISAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR PERSPECTIVAS SOBRE RELACIONAMENTO, PERCEPÇÕES E POSSÍVEIS MELHORIAS NA FORMA DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE, TANTO ENTRE SEUS MEMBROS COMO ENTRE OS DIVERSOS STAKEHOLDERS.

Após o período desafiador da pandemia, a entidade voltou a suas associadas para avaliar os resultados do trabalho desenvolvido ao longo de três anos, durante os dois mandatos do Conselho de Administração. Denominada “Pesquisa de Experiência ABIMED”, a iniciativa foi realizada ao longo de um período de trinta dias. Durante esse tempo, representantes das associadas, provenientes de diferentes níveis hierárquicos, tiveram a oportunidade de expressar seus pontos de vista por meio de uma pesquisa interna, conduzida via questionário.

A representatividade das associadas que participaram da pesquisa é um claro sinal do crescente engajamento das empresas e seus representantes nas diversas atividades e projetos promovidos pela Associação.

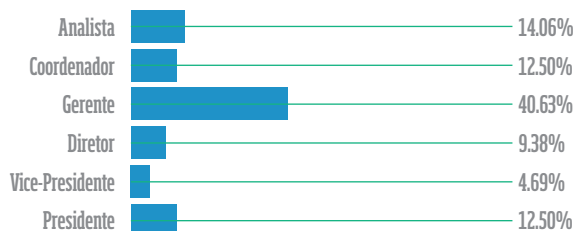


Não respondentes 136

*24% responderam

A abrangência dos respondentes por nível hierárquico possibilitou a incorporação das perspectivas dos diferentes grupos envolvidos com a entidade, sendo que houve uma distribuição equilibrada entre eles.

Nível Hierárquico



Com essa iniciativa, a ABIMED buscou identificar dois aspectos principais:

1. o grau de satisfação das associadas;
2. oportunidades de desenvolvimento e áreas potenciais para melhorias dentro da entidade.

RESULTADOS

Os resultados da iniciativa foram consistentes e revelaram uma percepção altamente positiva sobre a atuação da ABIMED, conforme expresso pelos diversos grupos de respondentes. Abaixo, alguns indicativos dessa avaliação positiva em uma graduação de 1 a 10.

87% avaliaram a entidade com a nota 9,2.

89% indicaram que é muito ou extremamente provável recomendar a participação de outros colegas de empresa na entidade.

89% indicaram que é muito ou extremamente provável recomendar o ingresso de outras empresas na Associação.

91% demonstraram interesse e satisfação em participar dos Comitês Temáticos da entidade.

91% reconheceram a ABIMED com representação muito ou extremamente boa no setor de dispositivos médicos.

92% reconheceram a ABIMED com representação muito ou extremamente boa na contribuição para o desenvolvimento do setor de Saúde no país.

Os índices positivos atuam como impulso para a ABIMED continuar avançando em suas atividades estratégicas, centradas em cinco eixos estratégicos:

- Sustentabilidade do sistema e ambiente de negócios.
- Tecnologia e inovação.
- ESG.
- Ética e transparência.
- Educação.

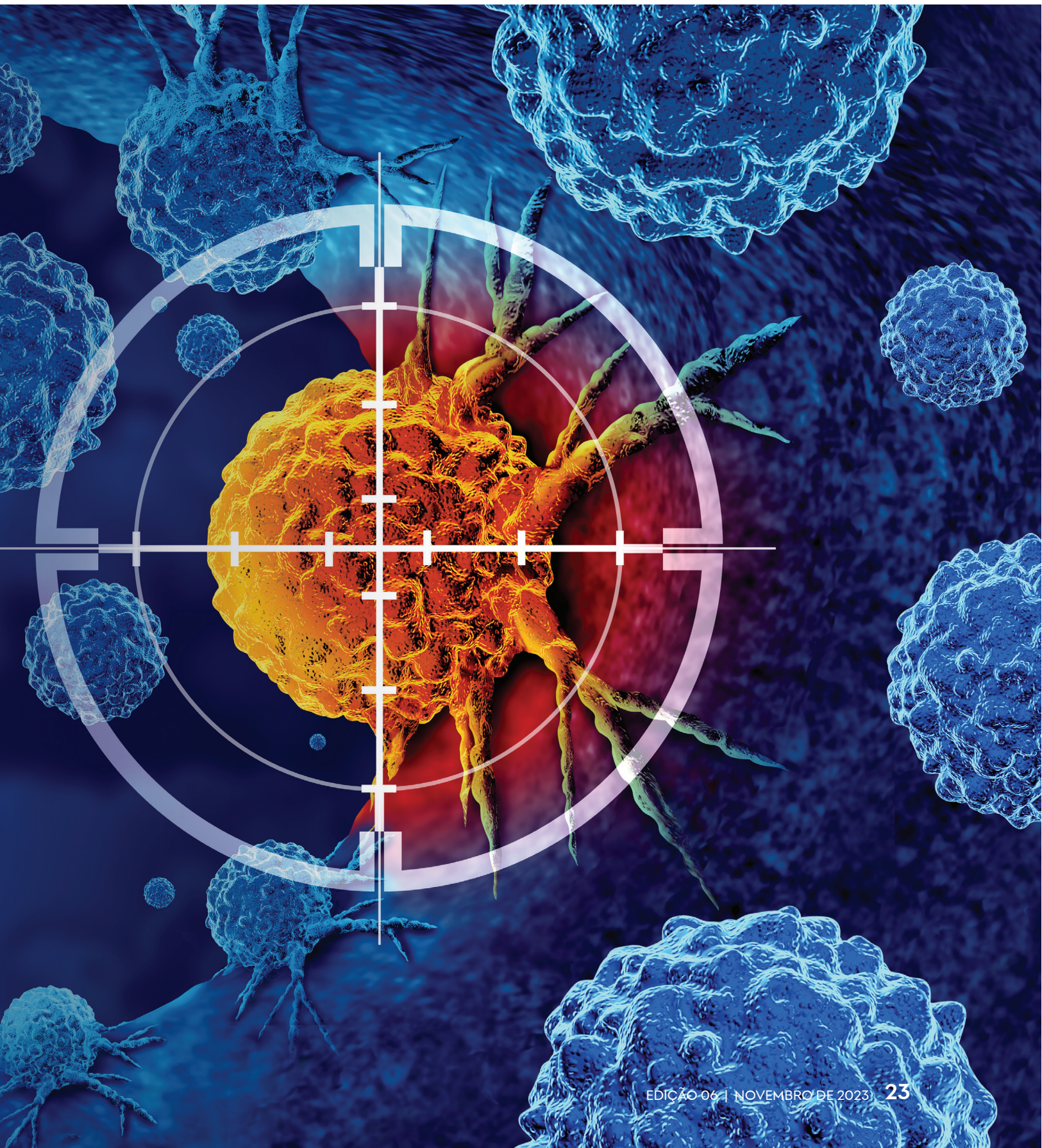
A ABIMED representa atualmente 65% do mercado de dispositivos e equipamentos médicos no Brasil.

“Os desafios continuam e a entidade segue se equipando para responder de forma contínua ao anseio não só de nossas associadas, mas de toda a sociedade, no sentido de contribuímos para a ampliação do acesso às tecnologias avançadas em saúde para toda a população brasileira”, destaca o presidente-executivo da ABIMED, Fernando Silveira Filho.

CUSTOS DO CÂNCER NO BRASIL

Despesa com tratamento em oncologia atingiu R\$ 4 bilhões em 2022, um crescimento de 400% nos últimos quatro anos. Enfrentamento depende de aumento de recursos, incorporação tecnológica e política nacional

S GASTOS COM TRATAMENTO DE CÂNCER NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) FORAM DE R\$ 4 BILHÕES EM 2022, O QUE REPRESENTOU 3% DOS RECURSOS TOTAIS DESTINADOS À SAÚDE NO BRASIL. ESSE VALOR INCLUI OS PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, INTERNAÇÕES E CIRURGIAS. Na comparação com 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19, houve crescimento de 14% nos investimentos feitos na área de oncologia. Os dados estão no estudo “Quanto custa o câncer?”, produto da parceria entre o Observatório de Oncologia, o Movimento Todos Juntos Contra o Câncer e o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE).



O estudo também mostra que, nos últimos quatro anos, aumentou em 400% o custo médio dos procedimentos de tratamento da doença, como quimioterapia, radioterapia e imunoterapia. Um procedimento que em 2018 custava R\$ 151,33, por exemplo, passou para R\$ 758,93 em 2022. A alta é justificada, em parte, pelo diagnóstico tardio de alguns tipos de neoplasias, a incorporação de novos medicamentos e o impacto da pandemia de covid-19 no sistema de saúde.

As despesas na área de saúde, em 2022, passaram de R\$ 136 bilhões. Do total, mais de R\$ 62 bilhões foram gastos em assistência hospitalar e ambulatorial e, deste montante, quase R\$ 4 bilhões foram para tratamento oncológico, divididos em tratamento ambulatorial (77%), cirurgias (13%) e internações (10%).

Nina Melo, coordenadora de pesquisa da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) e do Observatório de Oncologia, destaca: “O custo médio com internação chegou a R\$ 1.082,22, e o gasto com cirurgia alcançou R\$ 3.406,07”.

PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS

Se os custos aumentaram, o número de procedimentos ambulatoriais diminuiu 74% em cinco anos: foram 15 milhões em 2022 e 4 milhões em 2018. Os cânceres de mama, próstata, pulmão, cólon e reto foram responsáveis por 54% do total de recursos usados para tratamento oncológico no SUS em 2022.

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) calcula que cerca de 17% dos óbitos no Brasil ocorrem em decorrência de câncer, perfazendo uma média anual de 200 mil mortes. A doença é a principal causa de morte em 606 municípios do país. A estimativa do INCA é que, entre 2023 e 2025, a média anual de pessoas acometidas pela doença será de 704 mil por ano.

Essas são médias gerais para o quadro nacional. Por isso mesmo, há regiões em que esses números são maiores. No Norte, os procedimentos ambulatoriais chegam a custar R\$ 967,06. E no Nordeste encontramos os valores mais altos no que diz respeito à internação (R\$ 1.211,83) e à cirurgia (R\$ 3.805,70).

“O estadiamento, o processo para determinar a localização e a extensão do câncer presente no



corpo de uma pessoa, quando se dá em período avançado, pode ser um dos motivos que justificam o aumento do custo do tratamento, já que diagnósticos precoces estão relacionados a uma maior chance de cura e a um tratamento menos agressivo”, pondera Nina.

Um tratamento ambulatorial com quimioterapia em um caso de câncer de mama, por exemplo, que custa R\$ 134,17 em um período inicial do cuidado, quando se percebe o início do tumor sem comprometimento linfático, sobe para R\$ 223,84 quando se espalha no tecido inicial ou em mais de um tecido com comprometimento do sistema linfático. Em outro nível, quando já é considerado “localmente avançado”, o tumor é ligeiramente maior e/ou se espalhou para áreas próximas ou para mais gânglios linfáticos, esse valor com a quimioterapia chega a R\$ 401,54. Ele alcança os R\$ 809,56 quando considerado “avançado”, com o câncer se espalhando para outros órgãos ou todo o corpo (metástase). No caso do câncer colorretal, no tratamento hospitalar, o custo com internação fica em R\$ 924,33; o da UTI, em R\$ 3.079,41; e a cirurgia chega a R\$ 6.533,25.

Além dos dois tipos de câncer citados, Nina destaca ainda custos em relação a tumores na próstata e no pulmão. Segundo ela, “o aumento nos custos no tratamento também pode estar relacionado aos medicamentos que foram incorporados ao SUS, como alguns imunoterápicos, e ao uso cada vez maior de novas tecnologias disponíveis”.

“Saber quanto custa todo o tratamento oncológico é crucial para entendermos como aplicar os recursos públicos com maior eficiência e como



melhor direcionar as políticas de prevenção e controle da doença”, observa a CEO da Abrale e conselheira estratégica do TJCC, a médica sanitária Catherine Moura.

“A importância de apresentar os gastos realizados pelo SUS para o tratamento de alguns tipos mais frequentes de câncer é não somente mostrar o impacto econômico do problema, como, sobretudo, identificar oportunidades e rotas de pesquisa para garantir acesso a diagnóstico, tratamento e prevenção”, avalia o médico e pesquisador Luiz Santini, do CEE/Fiocruz, que coordena, junto com o pesquisador José Gomes Temporão, o projeto de pesquisa Doenças Crônicas e Tecnologias de Saúde.

INADEQUAÇÃO

Fernando Maia, coordenador-geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde, explica os motivos que podem justificar a alta dos custos, além do impacto causado pela pandemia de covid-19 no sistema de saúde. “Existe uma inadequação na forma como os gastos são feitos. Não temos incentivo real para ações de diagnóstico precoce. Nessa medida, estamos pagando a alta complexidade, e o tratamento sistêmico foi aumentando de preço”, ponderou.

Segundo ele, é urgente que se estruture o gasto em oncologia de uma maneira que se consiga reduzir a mortalidade, melhorar e aumentar a sobrevida livre de doença, e não somente ficar pagando novas incorporações e aumentando o custo sem avaliar se isso está impactando na saúde das pessoas.

O câncer é a segunda maior causa de morte no mundo. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), do Ministério da Saúde, são esperados 704 mil novos diagnósticos no Brasil a cada ano do triênio 2023/2025. O número representa um desafio constante para a saúde pública. Há alguns gargalos ainda enfrentados pelo país, como a melhoria da equidade no acesso aos exames preventivos e diagnósticos para descobertas em estágios iniciais e rápido começo do tratamento.

Mortes no Brasil

O câncer deverá ser a primeira causa de mortes no Brasil até 2030. Segundo a coordenadora do Observatório de Oncologia do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, Nina Melo, 606 municípios já vivem a realidade de ter o câncer como a principal causa de morte. Desses, 83% estão nas regiões Sul e Sudeste.

De acordo com a especialista, não há uma explicação confirmada para essa regionalização. Nina afirma que a maior incidência nessas regiões pode estar ligada a uma maior frequência de diagnósticos. E a falta de diagnósticos, por outro lado, deve ser a explicação para uma queda de 26% verificada na região Norte entre 2015 e 2020.

Segundo a entidade, entre 2029 e 2030, o câncer deve passar as doenças cardiovasculares como a principal causa de mortes no país. Entre 1996 e 2020, as mortes por tumores cresceram 122%. Já as mortes por doenças cardiovasculares subiram 43%.

DESIGUALDADES REGIONAIS

Em relação aos custos para o tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde (SUS), Nina Melo afirmou que eles são mais altos no Norte e no Nordeste. “Eles ficam em primeiro lugar porque têm o maior número e a maior porcentagem de estadiamento tardio, quando eles são diagnosticados. Já é sabido que o custo do tratamento do câncer aumenta nos diagnósticos mais avançados”, explicou.

As desigualdades regionais também aparecem nos tempos médios para diagnóstico do câncer e início do tratamento. Pela lei, o primeiro prazo é de 30 dias, e o segundo, de 60 dias.

No Brasil, o tempo médio foi de 36 dias para diagnóstico do câncer de mama em 2020; mas, em

Sergipe, foi de 94 dias. Para início do tratamento, o tempo médio foi de 174 dias; mas, novamente em Sergipe, foi de 273 dias.

Sayonara de Oliveira, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, ressalta que as carências do sistema público são conhecidas, como a falta de estrutura, de equipamentos e até de profissionais especializados. “Precisamos de um plano emergencial, tratar essa doença como uma emergência. Paciente que recebe diagnóstico de câncer hoje está recebendo diagnóstico de morte. A certeza de que vai morrer. E não de que vai se tratar e curar.”

INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS

Em uma parceria inédita, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fechou acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Câncer (Inca) para o desenvolvimento de novos produtos e a incorporação de tecnologias, aprimorando os tratamentos oncológicos. A iniciativa busca reduzir os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O acordo prevê a melhoria no diagnóstico, na saúde pública de precisão e na identificação de melhores alternativas terapêuticas. Há também a expectativa de desenvolvimento de novas terapias através de produtos biológicos ou sintéticos e novas tecnologias com grande potencial de uso que estão chegando ao Brasil.

O Inca é um órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação de ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no país. Como produtora de insumos, a Fiocruz busca atender as demandas do SUS relativas a doenças crônicas, principalmente o câncer. Esse foi o ponto de partida para o acordo, segundo Marco Aurélio Krieger, vice-presidente de Produção e Inovação da Fiocruz.

“Essa cooperação favorece uma interação importante entre os pesquisadores das duas instituições, e poderá render mais frutos para a saúde pública de precisão, na validação e desenvolvimento de novas ferramentas para a área de medicamentos, de diagnóstico e de biológicos e terapias avançadas”, explicou Krieger.

O coordenador de Pesquisa e Inovação do Inca, João Viola, destacou a cooperação entre as insti-



tuições, estreitando relações em ensino, pesquisa e inovação na área do câncer. “Estamos juntando esforços para a resolução de problemas da área de oncologia, assim como para o desenvolvimento de conhecimentos acerca de pontos considerados estratégicos”, acentuou.

A parceria vai funcionar por meio de grupos de pesquisa específicos, com pesquisadores da Fiocruz e do INCA, que vão trabalhar na validação e no desenvolvimento de novas ferramentas para a área de medicamentos, de diagnóstico e de biológicos e terapias avançadas.

“O acordo prevê desdobramentos do ponto de vista do diagnóstico, da saúde pública de precisão, do uso das ferramentas de sequenciamento genômico para identificar as melhores alternativas terapêuticas, e ainda o desenvolvimento de novas terapias, quer seja por produtos biológicos ou sintéticos ou as mais avançadas tecnologias, que têm grande potencial de uso contra o câncer e estão chegando ao Brasil”, explicou Krieger.



ABIMED

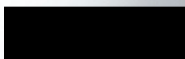
Em seminário realizado na Câmara dos Deputados, o presidente da ABIMED, Fernando Silveira, analisou assuntos relacionados à tecnologia e à oncologia com outros representantes do setor. O painel “Tecnologias em Saúde para a Oncologia” foi montado com o intuito de analisar as novidades do segmento para diagnóstico e tratamento de diferentes enfermidades, visando traçar estratégias para melhorias no futuro.

De acordo com Silveira, é preciso entender todo o ciclo da jornada do paciente, desde a detecção até o tratamento e a recuperação, ou seja, desde o momento em que o problema é identificado. “Portanto, temos a visão de que é importante integrar e que a tecnologia pode realmente trazer melhorias na gestão dos recursos destinados à saúde, além de proporcionar mais qualidade de vida e longevidade às pessoas. No Brasil, há uma dificuldade em demonstrar que a tecnologia traz valor. No entanto, a tecnologia gera valor, sim”, disse.

CUSTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Em 2023, a ABIMED apresentou um estudo, realizado pela LCA Consultores, que mensurou os ganhos em termos de bem-estar social decorrentes do incremento tecnológico. O Índice de Tecnologia Médica tem impacto positivo sobre o custo de saúde. Um aumento de 1% no índice impacta positivamente o gasto em saúde per capita em 0,494%. Em termos de bem-estar, por sua vez, verificou-se que o acréscimo de 1% no índice de tecnologia aumentou em 0,00868% a proporção da população acima de 65 anos e reduziu em 0,0253% a mortalidade infantil.

O estudo deixa claro que as boas práticas em ATS (Avaliação de Tecnologias em Saúde) são as principais aliadas do setor de saúde para alavancar esse impacto positivo. A melhor escolha de procedimentos e equipamentos para cada caso pode promover diminuição de gastos e elevar a qualidade do atendimento ao paciente. Só em caso de cirurgias oncológicas, uma melhor avaliação reduziria os custos em R\$ 3 milhões.



POLÍTICA NACIONAL

Em agosto, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2952/22, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De autoria da Comissão Especial sobre Ações de Combate ao Câncer, o texto foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, deputado Léo Prates (PDT-BA), que detalha diretrizes, princípios e objetivos das várias linhas de atuação da política.

Segundo o projeto, as Comissões Intergestores do SUS deverão pactuar as responsabilidades dos entes federativos nas linhas de cuidado que compõem a política nacional de acordo com as características demográficas e epidemiológicas e o desenvolvimento econômico-financeiro.

Um sistema de dados mantido pelo poder público deverá registrar as suspeitas e confirmações de câncer, assim como todo o processo de assistência, para permitir supervisão eficaz da execução da política nacional. Entre as etapas do processo de assistência, estão o diagnóstico, o tratamento e a recuperação. Esse sistema deverá permitir a consulta à posição do paciente na fila de espera para a realização de consultas ou procedimentos de diagnóstico ou tratamento e até mesmo transplante.

Léo Prates afirmou que as diretrizes irão guiar o sistema público, mas também poderão servir de parâmetro para regras dos planos de saúde.

NAVEGAÇÃO

No âmbito da política, o texto aprovado pela Câmara cria o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer. Essa “navegação” é uma espécie de passo a passo para o paciente, envolvendo procedimentos de busca ativa, diagnóstico e tratamento do câncer, tendo como ponto inicial a suspeita da doença.

O principal objetivo é identificar e superar barreiras que dificultem ou retardem o andamento do processo de diagnóstico e o tratamento da enfermidade, podendo ser de caráter social, clínico, econômico, educacional, cultural, estrutural ou de acesso.

Para efetivar essa “navegação”, o texto prevê a necessidade de articulação de vários ramos de atuação dos serviços de saúde:

- atenção básica;
- atenção domiciliar;
- atenção especializada;
- sistemas de apoio, de regulação, logísticos e de governança.

Quanto ao financiamento federal, o texto aprovado prevê o aporte de recursos adicionais para amenizar disparidades regionais de acesso ao tratamento, permitindo-se remuneração complementar de procedimentos ou eventos com oferta ainda insuficiente nos estados ou municípios.

Presidente da comissão especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil, o deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG) afirmou que o texto é um marco no combate à doença. “O câncer já é, em muitas cidades, a doença que mais mata. A política nacional fala de salvar vidas”, disse.



PRINCÍPIOS GERAIS

O texto define 21 princípios e diretrizes da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, dentre os quais destacam-se:

- organização de redes de atenção regionalizadas e descentralizadas;
- atendimento multiprofissional a todos os usuários com câncer;
- utilização, de forma integrada, dos dados e das informações epidemiológicas e assistenciais, coletadas por meio dos Registros Hospitalares de Câncer (RHC) e de outras fontes disponíveis, para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços;
- realização de pesquisas ou de inquéritos populacionais sobre a morbidade e os fatores de risco e de proteção contra o câncer;
- humanização do atendimento e garantia de apoio psicológico e psiquiátrico para pessoas com suspeita ou confirmação de câncer, bem como para seus familiares;
- busca pela incorporação de tecnologias diagnósticas e terapêuticas mais precisas e menos invasivas.

Na prevenção da doença, o projeto cita princípios a serem seguidos no âmbito da política, como a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o enfrentamento dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana e no ambiente, entre outros.

RASTREAMENTO

Na linha ligada ao rastreamento, são diretrizes a implementação da busca ativa no âmbito da atenção primária à saúde com a finalidade de captação de pessoas aptas aos procedimentos de rastreamento, a ampliação da oferta de serviços móveis de rastreamento e diagnóstico precoce, e a utilização de alternativas diagnósticas mais precisas e menos invasivas, conforme incorporação ao SUS.

TRATAMENTO

Para a fase de tratamento, a política nacional criada lista sete princípios e diretrizes:

- incorporação e uso de tecnologias segundo recomendações a partir do processo de avaliação;
- utilização de alternativas terapêuticas mais precisas e menos invasivas;
- tratamento oportuno e seguro dos pacientes diagnosticados com câncer e lesões precursoras;
- realização de tratamento dos casos raros ou muito raros em estabelecimentos de saúde de referência nacional;
- oferta de reabilitação e de cuidados paliativos para os casos em que sejam exigidos;
- oferta de terapia nutricional especializada para a manutenção ou recuperação do estado nutricional do paciente que dela necessite; e
- elaboração de diretrizes para garantia de abastecimento de medicamentos oncológicos essenciais.

CUIDADOS PALIATIVOS

Sobre os cuidados paliativos aplicados aos pacientes terminais, o texto determina que eles estejam disponíveis em todos os níveis de atenção à saúde, segundo princípios como: alívio da dor e de outros sintomas; reafirmação da vida e da morte como processos naturais; e abordagem interdisciplinar clínica e psicossocial dos pacientes e suas famílias, incluindo aconselhamento e suporte ao luto.

COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE

Governo Federal lança Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde com investimento de R\$ 42 bilhões até 2026



O GOVERNO FEDERAL AVANÇOU NA ESTRATÉGIA PARA REINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS COM INVESTIMENTO DE R\$ 42 BILHÕES EM UM DOS SETORES MAIS IMPORTANTES PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL BRA-

SILEIRA: A SAÚDE. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto instituindo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Com seis programas estruturantes, o objetivo é expandir a produção nacional de itens prioritários para o SUS e reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde estrangeiros. Uma maior autonomia do país é fundamental para reduzir a vulnerabilidade do setor e assegurar o acesso universal à saúde.



Onze ministérios, ao todo, estão envolvidos na ação, coordenada pelas pastas da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de nove órgãos e instituições públicas. O lançamento da estratégia é resultado do trabalho do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Geceis), recriado em abril de 2023. Durante esse período, o grupo focou em eixos prioritários que estão entre as principais necessidades do sistema público de saúde, para garantir a sustentabilidade do SUS. Uma das prioridades é o reforço na produção de insumos que auxiliem na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças determinadas socialmente, como tuberculose, doença de Chagas, hepatites virais, HIV. Mas a iniciativa conta também com investimento no enfrentamento de agravos relevantes para a saúde pública, como doenças crônicas (câncer, cardiovasculares, diabetes e imunológicas), dengue, emergências sanitárias e traumas ortopédicos.

No investimento a ser feito até 2026, estão previstos R\$ 9 bilhões para o Novo PAC. Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve participar com R\$ 6 bilhões, e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com outros R\$ 4 bilhões. O Governo Federal prevê ainda aporte de cerca de R\$ 23 bilhões da iniciativa privada. Assim, o governo visa suprir o SUS com produção e tecnologia locais, além de frear o crescimento do déficit comercial da saúde, de 80% em 10 anos. Em 2013, o déficit era de US\$ 11 bilhões. Hoje chega a US\$ 20 bilhões.

Nessa ação pela expansão do CEIS, há recursos previstos também para unidades de produção e pesquisa da Empresa Brasileira e Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ambas do Governo Federal. Também estão previstos programas para desenvolvimento nacional de vacinas, soros, além de modernização e inovação na assistência prestada por entidades filantrópicas.

Para o presidente Lula, a iniciativa posicionará o país em uma nova fase de desenvolvimento. “O Brasil hoje importa US\$ 20 bilhões das coisas que utilizamos na saúde. Se a gente tiver uma indústria produzindo isso ativamente, e a gente tem uma capacidade de consumo extraordinária por conta do SUS, a gente vai desenvolver o Brasil, desenvolver uma indústria, gerar emprego de qualidade e atender a demanda interna. Será uma revolução de inovação na área da saúde no Brasil. Espero que a gente possa, daqui a três, quatro anos, ter uma indústria

**COM SEIS
PROGRAMAS
ESTRUTURANTES,
MINISTÉRIOS DA
SAÚDE E DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E
SERVIÇOS
COMANDAM
INICIATIVA PARA
EXPANDIR PRODUÇÃO
NACIONAL DE ITENS
PRIORITÁRIOS NO SUS**



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Saúde, Nisia Trindade, apresentam as estratégias para fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



da saúde competitiva com qualquer indústria de saúde do mundo”, afirmou.

Já para o vice-presidente Geraldo Alckmin, a saúde é o setor que mais vai crescer no mundo, e o Brasil tem tudo para liderar este trabalho. “Vamos fortalecer a indústria, uma neoindustrialização baseada na inovação”, disse.

A estratégia está integrada ao esforço de implementação da nova política industrial em construção pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que tem como uma de suas missões o fortalecimento do complexo econômico-industrial para gerar maior autonomia do Brasil no setor e ampliar o acesso à saúde.

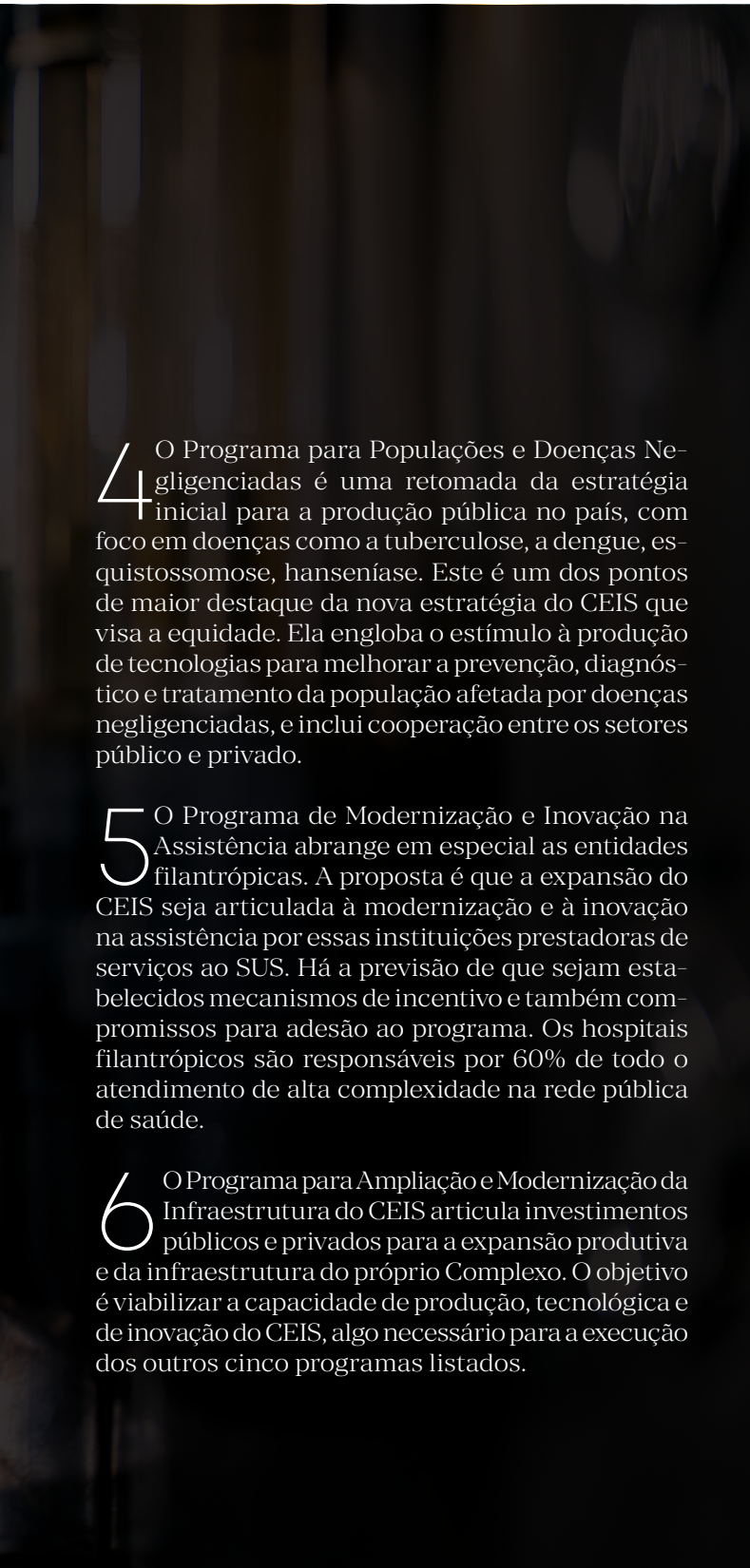
A ministra da Saúde, Nisia Trindade, resumiu a estratégia como a redução da vulnerabilidade do SUS e a ampliação do acesso ao cuidado. “Essa política foi

CONHEÇA OS 6 PROGRAMAS DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

1 O Programa de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo envolve a articulação do governo com o setor privado para a transferência de tecnologia, nas conhecidas PDPs, mas agora é orientado ainda mais à redução de vulnerabilidades do SUS e à ampliação do acesso da população à saúde. A estimativa é que o poder público atraia até 2026 em torno de R\$ 23 bilhões do setor privado.

2 O Programa de Desenvolvimento e Inovação Local prevê a retomada dos investimentos em iniciativas locais com foco tecnológico e inovador, como na inteligência artificial para a detecção precoce de doenças, por exemplo. É voltado igualmente aos principais desafios do SUS, levando em conta a necessidade de redução das vulnerabilidades produtivas e tecnológicas, de promoção da sustentabilidade e do acesso à saúde.

3 O Programa para Preparação em Vacinas, Soros e Hemoderivados visa a autossuficiência em produtos essenciais para a vida dos brasileiros e reúne esforços do poder público e da iniciativa privada. Estimula a produção nacional de tecnologias, a ampliação do acesso e a garantia do abastecimento de vacinas, soros e hemoderivados. A ideia é que as iniciativas sejam monitoradas e envolvam inovação local, além de transferência de tecnologia.



4 O Programa para Populações e Doenças Negligenciadas é uma retomada da estratégia inicial para a produção pública no país, com foco em doenças como a tuberculose, a dengue, esquistossomose, hanseníase. Este é um dos pontos de maior destaque da nova estratégia do CEIS que visa a equidade. Ela engloba o estímulo à produção de tecnologias para melhorar a prevenção, diagnóstico e tratamento da população afetada por doenças negligenciadas, e inclui cooperação entre os setores público e privado.

5 O Programa de Modernização e Inovação na Assistência abrange em especial as entidades filantrópicas. A proposta é que a expansão do CEIS seja articulada à modernização e à inovação na assistência por essas instituições prestadoras de serviços ao SUS. Há a previsão de que sejam estabelecidos mecanismos de incentivo e também compromissos para adesão ao programa. Os hospitais filantrópicos são responsáveis por 60% de todo o atendimento de alta complexidade na rede pública de saúde.

6 O Programa para Ampliação e Modernização da Infraestrutura do CEIS articula investimentos públicos e privados para a expansão produtiva e da infraestrutura do próprio Complexo. O objetivo é viabilizar a capacidade de produção, tecnológica e de inovação do CEIS, algo necessário para a execução dos outros cinco programas listados.

discutida na 17ª Conferência Nacional da Saúde, a primeira grande conferência do presidente Lula nesta gestão, e também foi amplamente discutida com os movimentos sociais, com ampla participação da sociedade, que definiu como uma de suas diretrizes centrais garantir o Complexo Econômico-Industrial da Saúde como uma política de estado, comprometida com as demandas da sociedade brasileira. É isso que define o que fazemos hoje”, declarou.

“Trata-se de soberania nacional e redução de vulnerabilidade, mas também se trata de pensar as desigualdades no interior de nosso país, se trata de desenvolvimento regional e territorial na reindustrialização do Brasil. Essa é uma estratégia que vai servir ao combate à miséria e à fome, pelo seu componente de inclusão produtiva tanto no emprego como na geração de bens. Acesso, sustentabilidade, autonomia e cuidado com o povo são as marcas do Complexo Econômico-Industrial da Saúde”, acrescentou a ministra Nísia.

■ SAÚDE É ESTRATÉGICA

Atualmente, o setor da saúde representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB), garante a geração de 20 milhões de empregos diretos e indiretos e responde por 1/3 das pesquisas científicas no país. A posição estratégica do Brasil como um grande mercado interno mostra a capacidade de crescimento e ampliação desse setor na economia brasileira.

No entanto, a dependência do Brasil para insumos torna o SUS vulnerável ao mercado externo, dificultando a aquisição de insumos essenciais. Essa fragilidade ficou ainda mais evidente durante a pandemia da covid-19.

No caso do IFA, por exemplo, mais de 90% da matéria-prima usada no Brasil para a produção de insumos como vacinas e medicamentos é importada. Já na área de equipamentos médicos, a produção nacional atende 50%. Em medicamentos prontos, o percentual é de cerca de 60%; em vacinas, um pouco acima.

“A nossa meta é trabalhar para uma perspectiva de em dez anos podermos ter 70% da nossa necessidade produzida aqui. Os passos vão ser dados a partir de agora, retomando ações que começaram há 20 anos, quando, na primeira gestão do presidente Lula, foi criada a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação no Ministério da Saúde”, concluiu a ministra.



O QUE DEVE MUDAR NA SAÚDE COM A REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança tem impacto direto na forma de apuração dos tributos das empresas, incluindo as que atuam na área da saúde

**FERNANDO DE CAMARGO PENTEADO
GISELE MACHADO FIGUEIREDO BOSELLI**



DENTRE OS TEMAS QUE MAIS OCUPARAM AS MANCHETES DE POLÍTICA NO ANO DE 2023 ESTÁ A REFORMA TRIBUTÁRIA QUE, APESAR DE TER SIDO APROVADA EM 7 DE JULHO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS, AINDA ESTÁ AGUARDANDO A VOTAÇÃO DO SENADO, QUE DEVERÁ OCORRER ATÉ O MÊS DE NOVEMBRO. O assunto é relevante, pois a reforma deverá promover uma mudança significativa na forma de apuração dos tributos das empresas, afetando diretamente a operação de todas elas, sejam da indústria, do comércio ou prestação de serviços, incluindo as que atuam na área da saúde.

O texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 45/19) prevê a criação de novos tributos, denominados CBS e IBS, que substituirão os atuais PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, incidentes sobre a circulação de bens e a prestação de serviços.

Enquanto a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) será arrecadada em âmbito federal, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) será de competência das esferas estaduais e municipais. Em algumas situações, incidirá também o IS (Imposto Seletivo), que será adicionado a produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente, como cigarros, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.

As empresas que prestam serviços na área da saúde, que atualmente apuram e recolhem Imposto sobre Serviços (ISSQN), deverão realizar a apuração da CBS e do IBS, os quais incidirão não necessariamente sobre a totalidade do valor apurado, mas sobre o valor agregado (IVA). No entanto, a forma exata de como o cálculo dos referidos tributos será realizado deverá ser especificada posteriormente.

A principal inovação trazida pela reforma consiste em fazer com que as empresas que importam, produzem e comercializam produtos de qualquer natureza também apurem e recolham os mesmos dois tributos – CBS e IBS. Isso não acontece hoje em dia, sendo a sistemática tributária muito mais complexa e laboriosa, diante da existência concomitante de PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A simplificação da apuração e da arrecadação é propagada como o principal objetivo da reforma tributária, o que, caso se concretize, permitirá que as empresas se beneficiem inclusive financeiramente com a redução da extraordinária complexidade atual. Porém, como uma emenda constitucional apresenta premissas genéricas, a efetivação dessa promessa só se concretizará após promulgadas as demais leis e normas, hierarquicamente inferiores, que edificam todo o sistema tributário.

No entanto, enquanto a simplificação é almejada por todos, existe também o temor do indesejado aumento da carga tributária, que naturalmente causa controvérsias e morosidade na aprovação da proposta. Afinal, a arrecadação deverá, no mínimo, manter o montante hoje alcançado pelos entes federados, motivo pelo qual foram realizados inúmeros estudos para se estabelecer as alíquotas incidentes em cada um dos tributos.

Ainda não se sabe quais alíquotas serão aplicadas, uma vez que elas não serão definidas pela PEC. Estu-

dos divulgados pelo Ministério da Fazenda estimam que a alíquota base do IBS e da CBS deverá ser de 25,45% a 27% sobre o faturamento, a fim de se manter a arrecadação atual.

Se essas alíquotas se concretizarem, haverá um aumento real da carga tributária, especialmente para os prestadores de serviços, que atualmente contribuem com aproximadamente 10% do faturamento, na somatória dos tributos indiretos incidentes.

Foi contra esse aumento expressivo que muitas classes se movimentaram, ainda antes da aprovação da PEC na Câmara. Por meio de articulações políticas, algumas conseguiram a isenção ou redução na base de cálculo dos tributos, a fim de manter o percentual que incide sobre os serviços atualmente.

Os representantes das empresas e dos profissionais da área da saúde alcançaram uma vitória relevante ao conseguir incluir no texto da PEC os serviços de saúde entre as situações em que a alíquota será reduzida. Conforme a redação do artigo 9º, a possível criação de regimes diferenciados de tributação, por meio de Lei Complementar, deverá prever a redução

Divulgação



Fernando de
Camargo
Penteadó



Gisele
Machado
Figueiredo
Boselli

CRIAÇÃO DE RÉGIMES DIFERENCIADOS DE TRIBUTAÇÃO DEVERÁ PREVER A REDUÇÃO EM 60% DA ALÍQUOTA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

em 60% da alíquota dos novos tributos incidente nos serviços de saúde.

Vale ressaltar que outros tributos também foram objeto de alteração pela PEC, como o IPVA, que passará a ter progressividade na alíquota, levando em consideração o impacto ambiental causado pelo veículo. Além disso, o ITCMD, incidente sobre heranças e doações, terá alíquotas progressivas e incidirá também na transmissão de bens situados no exterior, o que não existe hoje em dia.

O texto da PEC, que foi aprovado na Câmara, ora tramita no Senado Federal e, após os devidos debates, deverá ser votado com possíveis modificações. Por essa razão, as entidades representativas de classe continuam atentas a toda movimentação dessa casa legislativa. A promulgação da emenda decorre da aprovação do texto final pelas duas casas.

O processo da reforma tributária ainda levará alguns meses, quiçá anos, dependendo da promulgação da Emenda Constitucional, seguida de Lei Complementar, Leis Federais e demais normas necessárias para a construção desse novo sistema. A transição, por sua vez, ocorrerá em pelo menos dez anos, a partir de 2029, com a entrada gradativa dos novos tributos e a extinção dos antigos (atuais).

Por fim, é importante ressaltar que alguns regimes tributários, como o Simples Nacional, não serão impactados por essa primeira fase da reforma tributária. Espera-se que nos próximos meses a segunda fase seja incluída na pauta do Congresso, com o objetivo de modificar o sistema de arrecadação dos impostos incidentes sobre a renda, tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas. Isso certamente suscitará ainda mais debate, em razão do impacto a ser causado nas operações das sociedades e no orçamento doméstico das famílias.

Embora muito almejado, talvez seja ainda difícil imaginar o cenário em que o sistema tributário brasileiro se torne verdadeiramente simples e moderno. Se “no Brasil até o passado é incerto”, por cautela, enquanto esse projeto não se concretiza, é fundamental que se permaneça atento e bem-informado em relação às mudanças que serão implementadas. Isso é particularmente importante para planejar operações futuras e manter a saúde financeira das organizações.

**Fernando Camargo Penteado é especialista em Direito Tributário.
Gisele Machado Figueiredo Boselli é especialista em Direito Médico e da Saúde.**

TENDÊNCIAS DAS CADEIAS DE SUPRIMENTOS DE LIFE SCIENCES E HEALTHCARE

Setores de dispositivos médicos, saúde do consumidor, produtos farmacêuticos e ensaios clínicos serão impactados de maneiras diferentes



A RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO DO SETOR DE LIFE SCIENCES E HEALTHCARE TAMBÉM ESTÁ PROVOCANDO MUDANÇAS NA LOGÍSTICA, LEVANDO ESSES PLAYERS DA INDÚSTRIA A REAVALIAR SEUS MÉTODOS DE ENTREGA E DESIGN DE CADEIA DE SUPRIMENTOS.

Com isso, a **DHL** publicou um white paper intitulado “Delivering Next-Level Healthcare”, que esclarece sobre seis grandes tendências que estão reformulando o cenário de Life Sciences e Healthcare: saúde centrada no paciente, terapias avançadas, tecnologias digitais, novos ecossistemas industriais, soluções sustentáveis e resiliência.



AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O estudo indica ainda o impacto dessas tendências nas cadeias de suprimentos e fornece insights sobre soluções e melhores práticas para a entrega de Life Sciences e Healthcare, como também para a construção de capacidades da cadeia de suprimentos.

“As terapias revolucionárias refletem o ritmo acelerado do progresso médico e preparam terreno para uma mudança transformadora no setor de saúde, com modelos centrados no paciente, tecnologias digitais e práticas ambientalmente conscientes. Portanto, impulsiona-se o surgimento de novos ecossistemas de negócios. O futuro traz uma mudança de paradigma, já que a saúde de próximo nível exige a criação de cadeias de suprimentos mais inovadoras e avançadas”, aponta Claudia Roa, presidente de Life Sciences e Healthcare na DHL Customer Solutions & Innovation.

CRESCENTE PERSONALIZAÇÃO


Ao examinar com mais profundidade a tendência de saúde centrada no paciente, a conexão entre a fabricação de produtos farmacêuticos e os usuários finais exige relacionamentos mais próximos e responsivos. Por exemplo, a maneira como as pessoas buscam, escolhem e acessam tratamentos está mudando. 90% dos consumidores da geração Z fazem pesquisas online sobre custos e opções de saúde antes de visitar um médico. Além disso, o desenvolvimento de ensaios clínicos sofreu uma mudança, em que 89% dos patrocinadores usam tecnologia para viabilizar um modelo descentralizado em pelo menos um de seus ensaios clínicos, resultando em maior retenção em comparação com estudos que exigem presença em clínicas. Nesse caso, a redução do “movimento de pessoas” será substituída por um aumento no envio de produtos farmacêuticos para um cenário de destino ainda mais diversificado.

Tendências demográficas e da indústria também estão impulsionando a mudança no segmento de produtos de consumo para a saúde. A pressão sobre os gastos com saúde pública, o envelhecimento da população e o aumento do foco do consumidor em saúde e bem-estar contribuem para um crescimento previsto de 12% até 2025. Além disso, estão surgindo novos modelos de serviços e de assinatura de produtos, que aumentam o volume de vendas de comércio eletrônico e novas categorias de pro-



duto. Isso gera requisitos adicionais de cadeia de suprimentos e logística.

Outra grande tendência é o crescimento de abordagens terapêuticas novas, incluindo produtos biofarmacêuticos e medicamentos baseados em genes. O mercado para tais terapias deve crescer de cerca de US\$ 5 bilhões em 2012 para quase US\$ 37 bilhões até 2027. Além disso, os produtos biofarmacêuticos são delicados, caros e precisam ser manuseados com cuidado em todas as etapas da cadeia de suprimentos. Por isso, a indústria farmacêutica investe mais de US\$ 17 bilhões por ano em logística de cadeia fria. Isso levou a uma ampla gama de serviços de logística de cadeia fria, abrangendo remessas que requerem temperaturas tão baixas quanto 196 graus Celsius negativos para produtos ultracongelados.



SEIS GRANDES TENDÊNCIAS ESTÃO REMODELANDO O CENÁRIO DA SAÚDE E DEVEM SER OBSERVADAS NA CONSTRUÇÃO DE FUTURAS CADEIAS DE SUPRIMENTOS

Naturalmente, essa crescente demanda por soluções de remessa complexas e muitas vezes mais individualizadas torna a sustentabilidade outra tendência proeminente, que também ressoa em outras indústrias. Embora 75% das empresas farmacêuticas tenham reduzido com sucesso suas emissões de Escopo 1 e Escopo 2 até 2021, as emissões de Escopo 3 representam significativos 83% do impacto climático do setor. Com isso, o setor farmacêutico exibe uma intensidade de carbono mais alta em comparação com a indústria automobilística global.

DIFERENTES SOLUÇÕES DE LOGÍSTICA

As tendências identificadas estão reformulando a entrega de assistência médica em diversos setores das indústrias de Life Sciences e Healthcare, in-

cluindo dispositivos médicos, saúde do consumidor, produtos farmacêuticos, ensaios clínicos e organizações governamentais e não governamentais. Essas transformações colocam novas e, por vezes, diferentes demandas nas cadeias de suprimentos de saúde, seja introduzindo complexidade nos processos existentes, seja exigindo a adoção de modelos totalmente novos de cadeia de suprimentos. Isso inclui desde a melhoria da visibilidade e do controle de distribuição até a segmentação das cadeias de suprimentos e canais de distribuição, passando pela proteção rigorosa das remessas e pelo monitoramento em tempo real das condições, garantindo a integridade do produto. Como resultado da falta de vacinas durante a pandemia de covid-19, os países estão considerando uma revisão completa dos processos logísticos. Isso inclui explorar a possibilidade de aumentar a produção interna de produtos de saúde críticos, de acumular suprimentos e de mudanças para transportar mais matérias-primas e ingredientes farmacêuticos ativos.

OITO ASPECTOS-CHAVE

O estudo compartilha oito aspectos-chave que as empresas devem considerar para o futuro das suas cadeias de suprimentos: capacidades de cadeia fria, serviços especiais, modelos de entrega direta, digitalização da cadeia de suprimentos, orquestração da cadeia de suprimentos, soluções sustentáveis de cadeia de suprimentos, otimização de inventário e conformidade regulatória. As empresas devem, por exemplo, priorizar a escalabilidade, a versatilidade e a agilidade de suas redes de cadeia fria para atender efetivamente às demandas em mudança. Os pacientes agora esperam o mesmo nível de escolha e conveniência na assistência médica que experimentam ao adquirir outros produtos e serviços, como pedidos online ou entrega direta em casa, o que exige capacidades de logística que ofereçam altos níveis de serviço e possuam flexibilidade para se adaptar aos requisitos exclusivos dos usuários.

O estudo conclui que, para alcançar o sucesso na reformulação de suas cadeias de suprimentos, as empresas devem primeiro estabelecer uma visão clara de suas prioridades emergentes. Compreender como as cadeias de suprimentos operarão no futuro permitirá que as organizações identifiquem as capacidades necessárias para dar vida a essa visão.



MACHINE LEARNING NA MEDICINA

Algoritmos de aprendizado de máquina têm apoiado e orientado diagnósticos, além de realizar a predição de mortalidade em casos de câncer



A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL POSSUI APLICAÇÕES QUE VÃO DESDE CHATS ON-LINE ATÉ CARROS AUTÔNOMOS, MAS ELA TAMBÉM TEM SUBDIVISÕES. UMA DELAS É O MACHINE LEARNING – EM PORTUGUÊS, APRENDIZADO DE MÁQUINA.

“A área começou a florescer na década de 90, mas foi somente a partir de 2010 que houve notórios avanços com o desenvolvimento do chamado aprendizado profundo, o deep learning. Tal ponto de inflexão foi possibilitado basicamente por dois fatores: um, a oferta de uma quantidade colossal de dados necessários para treinar os diversos algoritmos disponíveis nas redes sociais e na internet, o chamado big data; dois, o barateamento de hardware, que possibilitou que os algoritmos pudessem ser executados mais rapidamente e acessassem uma maior quantidade de dados”, conta o professor Jaime Simão Sichman, do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP e também do Laboratório de Técnicas Inteligentes da Poli.

O machine learning tem como objetivo construir sistemas computacionais que melhoram seu desempenho com a experiência, ou seja, eles literalmente “aprendem”. Para diferenciá-lo de sua macrocategoria, a inteligência artificial, Sichman categoriza, de forma mais detalhada, os objetivos: “O objetivo da inteligência artificial é o de desenvolver sistemas para realizar tarefas que, no momento, ou são mais bem realizadas por seres humanos que por máquinas, ou não possuem solução algorítmica viável pela computação convencional”. O aprendizado de máquina corresponde a uma possível abordagem para a resolução de problemas não exatos e que também seriam resolvidos, usualmente, de forma melhor por humanos.

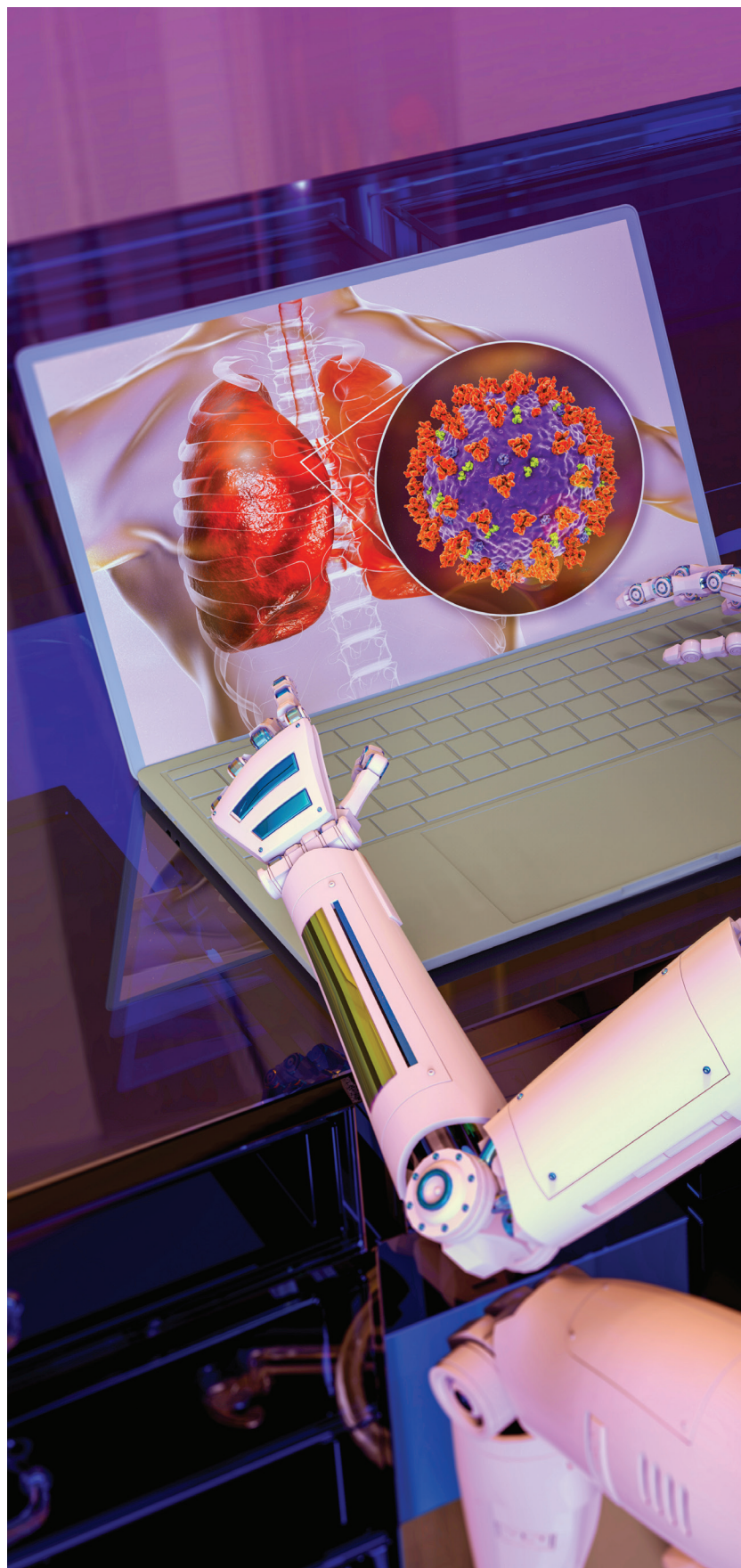
A máquina pode ser “ensinada” por meio de três maneiras principais: a primeira seria o aprendizado supervisionado, em que são apresentados exemplos de pares entrada-saída, para que sejam generalizados; a segunda é o aprendizado por reforço, em que o sistema atua num ambiente fornecedor de um feedback de como está sendo o desempenho; e a terceira é o aprendizado não supervisionado, no qual o próprio algoritmo deve encontrar padrões nas entradas fornecidas.

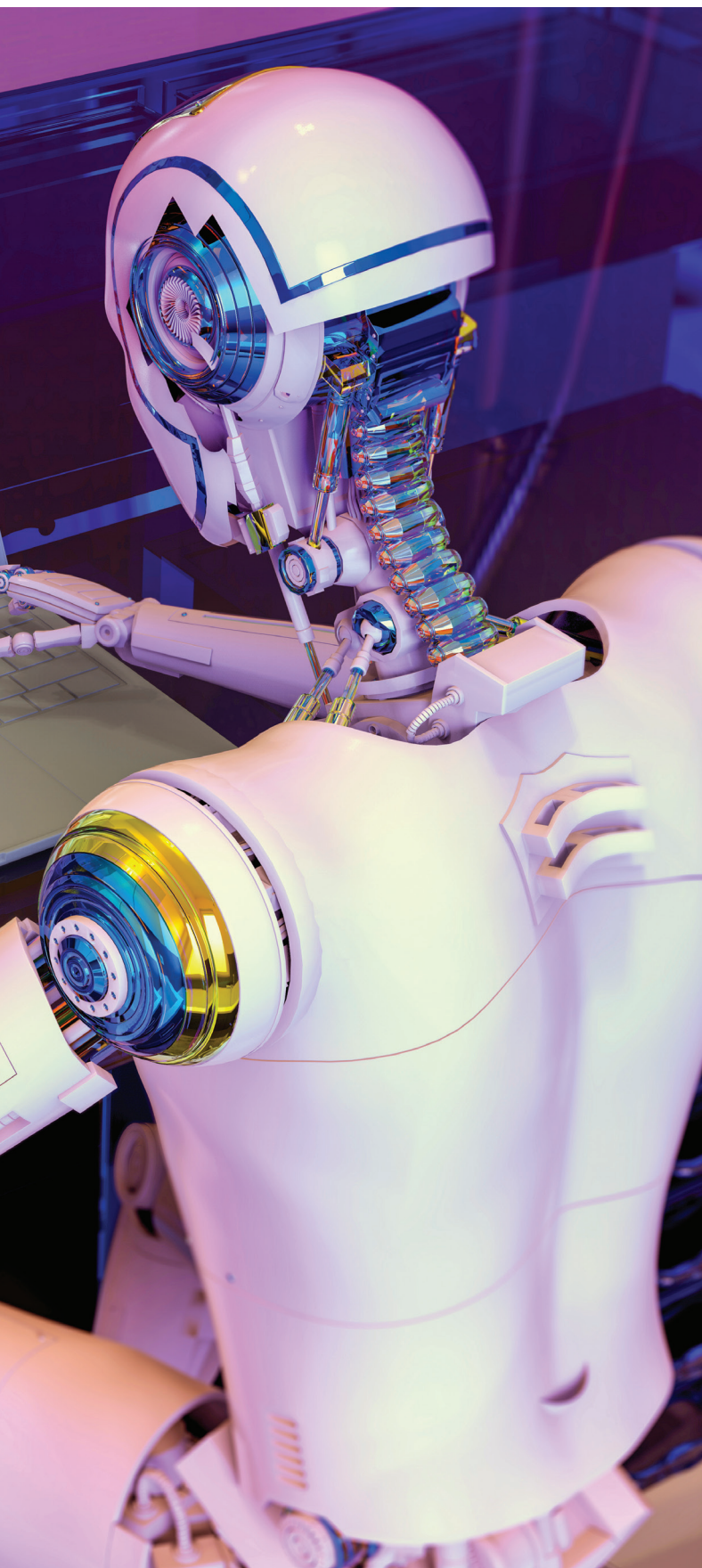
Para escolher o melhor método, é preciso identificar o objetivo do uso do machine learning. Ele, geralmente, pode ser o de classificação, quando o objetivo é determinar a qual classe corresponde uma determinada entrada do sistema; de regressão, quando a saída é uma variável contínua e não discreta; e de agrupamento (clustering), caso deseje distribuir um conjunto de entradas em diversos grupos, levando em conta suas propriedades similares. “Desenvolver um modelo ou a aplicação de aprendizado de máquina requer tipicamente cinco fases: aquisição dos dados, pré-processamento dos dados, treinamento, avaliação e aperfeiçoamento do modelo”, explica.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DIAGNÓSTICOS

Esse recorte da IA não é válido somente para atividades computacionais, financeiras ou de recomendação de entretenimento. Ele também pode ser utilizado na medicina. Uma pesquisa feita pelo Centro de Terapia Celular da USP (CTC-USP) desenvolveu um algoritmo de machine learning para orientar o diagnóstico de falência da medula óssea.

O professor Rodrigo do Tocantins Calado, da Fa-



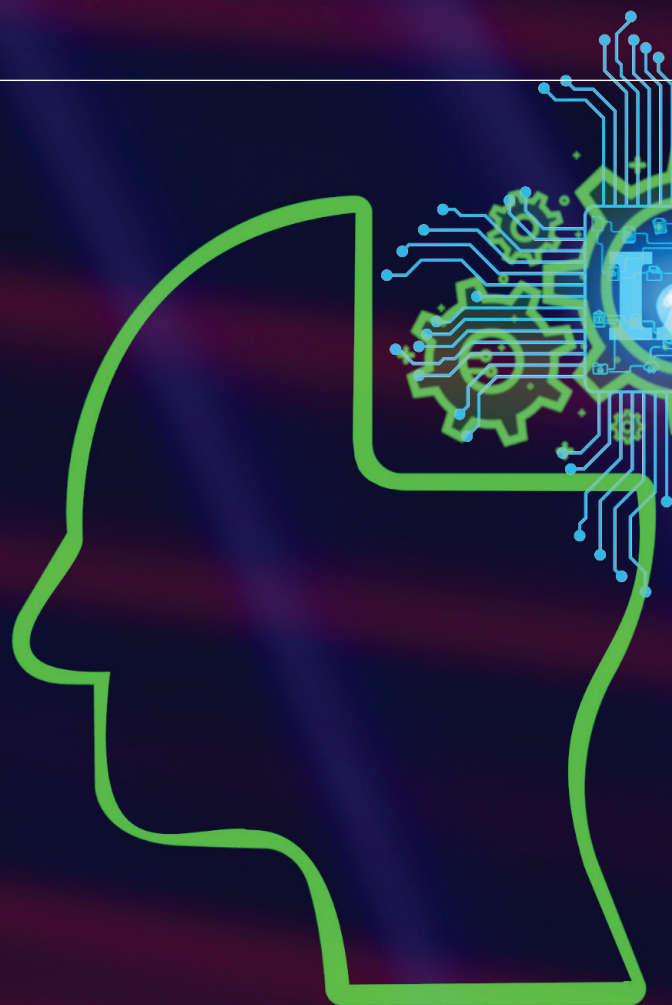


culdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, é colaborador da pesquisa e coordenador do CTC-USP, e explica como surgiu o estudo: “Isso veio justamente de um processo de utilizar ferramentas computacionais para aprimorar o diagnóstico desses pacientes, uma vez que é uma doença comparativamente rara e o número de especialistas ao redor do mundo é relativamente pequeno para uma quantidade expressiva de pacientes. Na conversa com o pessoal da computação, mais especificamente da inteligência artificial, surgiu a ideia de utilizar o aprendizado de máquina para abordar essa questão”.

Calado vê o uso do machine learning na área da saúde com expectativa, mas faz algumas considerações: “Como todas as ferramentas, existem pontos positivos e pontos negativos. Eu imagino que um dos pontos negativos é que, obviamente, essa técnica de aprendizado de máquina ainda erra alguns diagnósticos e a gente ainda não sabe muito bem quais são esses diagnósticos errados. A gente pode imaginar de quem é a culpa: a culpa é do médico ou a culpa é de quem gerencia esse software, sobre quem recai a responsabilidade pelo diagnóstico incorreto. Outro problema pode ser a forma de alimentar esse sistema. Os processos ainda são relativamente rudimentares e você pode alimentar incorretamente o aplicativo, de tal forma que ele faça o diagnóstico incorreto mais para frente. Isso é algo que precisa ser aprimorado”.

Num panorama geral, Sichman analisa o que esperar dos próximos passos do machine learning: “Sem dúvida alguma, o uso de técnica de aprendizado de máquina deverá ter um impacto social maior no futuro próximo. Exemplos concretos de carros autônomos já aparecem cada vez mais na mídia, e sistemas de autenticação por reconhecimento facial nos celulares e na entrada de prédios já são utilizados por quase todos nós. Entretanto, como tais sistemas terão impacto cada vez maior em nossas vidas, grande parte dos acadêmicos na área tem se preocupado não apenas em tornar os modelos de aprendizado de máquina mais precisos, mas também explicar ao usuário por que chegaram a uma determinada saída. Além disso, esses sistemas devem ter o cuidado de manter a privacidade dos dados e de utilizar um conjunto abrangente deles, evitando o que se chama de ‘viés dos dados’, o data bias. Tais preocupações são objeto de estudo do

MACHINE LEARNING AUXILIA NA TOMADA DE DECISÕES MÉDICAS AO UTILIZAR ALGORITMOS PARA REALIZAR PREVISÕES PRECISAS ACERCA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO PACIENTE



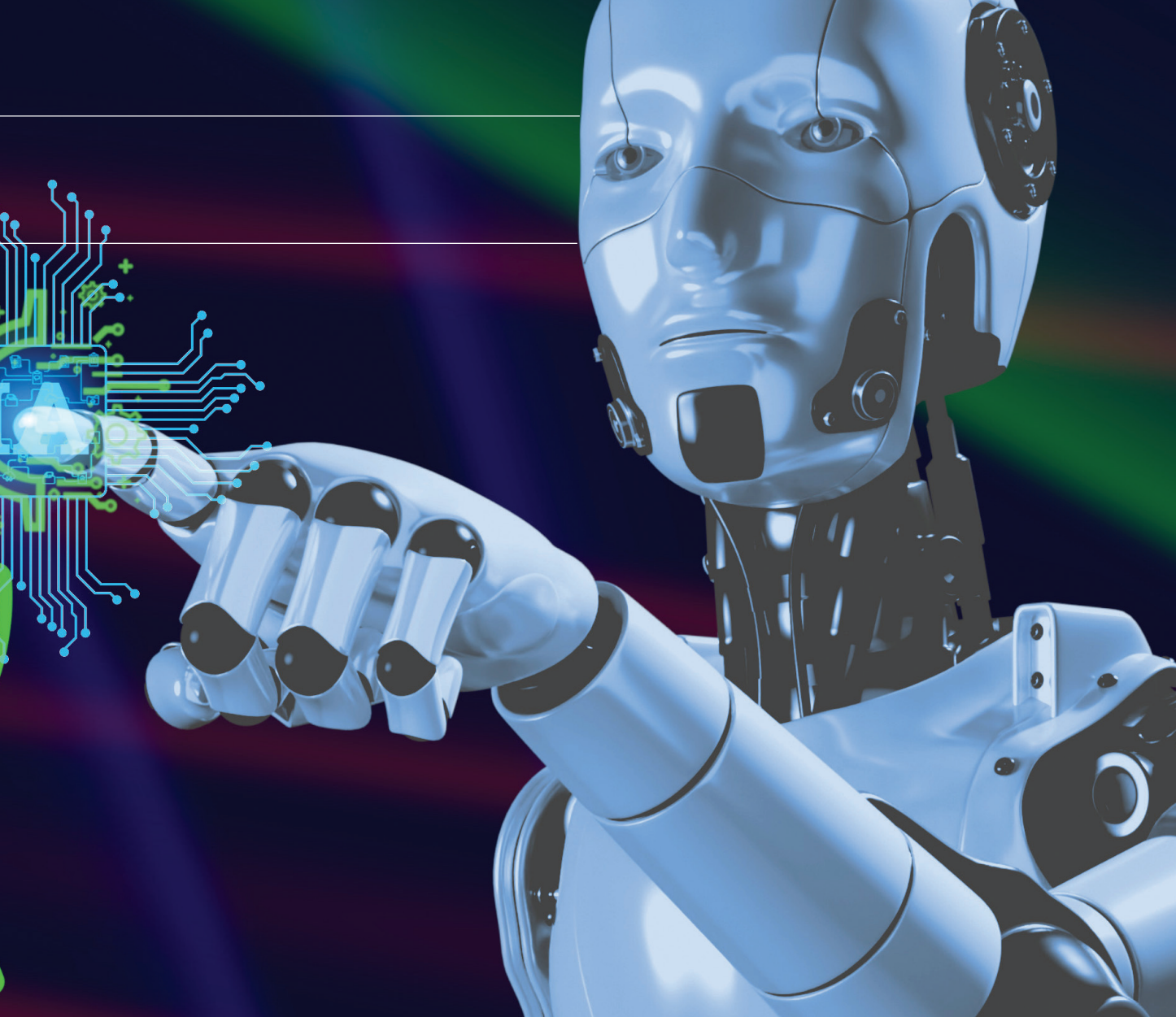
que se chama aprendizado de máquina confiável, o trustable machine learning”.

PREDIÇÃO DA MORTALIDADE EM CASOS DE CÂNCER

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), 705 mil casos da doença são esperados a cada ano até 2025 somente no Brasil. Dentro desse cenário preocupante, pesquisadores do Laboratório de Big Data e Análise Preditiva em Saúde (Labdaps) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP estudam o uso de inteligência artificial (IA) por machine learning na predição da mortalidade de pacientes com a doença. O algoritmo informa a equipe médica sobre o risco de o paciente evoluir para óbito entre 12 a 24 meses após a data de diagnóstico, garantindo, assim, um panorama sobre a gravidade de seu estado e quais medidas preventivas específicas devem ser tomadas. A iniciativa é fruto de um financiamento garantido pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo.

De acordo com o doutorando Gabriel Silva, da FSP, pesquisador principal do estudo, os dados obtidos pela IA ficariam disponíveis desde o início do tratamento. “Digamos que o paciente fez os seus exames e voltou ao médico. Ali o profissional já vai ter algumas informações, por exemplo, quanto ao estadiamento clínico”, explica. Estadiar um caso de câncer implica a avaliação de seu grau de disseminação – dado-chave para se identificar pacientes de alto risco.

O pesquisador afirma que a rápida indicação de um caso grave ajudaria no conhecimento antecipado de medidas que possam aumentar a sobrevida de diagnosticados com câncer. “Isso pode ser uma ferramenta muito útil para priorizar o tratamento de determinados pacientes, para identificar qualquer pessoa que tem o maior risco de morrer. O que eu faço com esse paciente hoje? Passo ele na frente da fila de tratamento ou esse paciente apresenta um baixíssimo risco de morte e eu consigo priorizar uma outra pessoa em uma situação mais grave?”, explica Gabriel.



A pesquisa contou com o banco de dados do Registro Hospitalar de Câncer (RHC) da Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp), vinculada à Secretaria de Saúde, que tem como objetivo incentivar o estudo e o ensino de atividades de prevenção e detecção precoce do câncer. Apenas pacientes diagnosticados de 2014 a 2017 no Estado de São Paulo foram incluídos no estudo, que abrange todos os cânceres com maior incidência na população brasileira, como o de mama e o de próstata. O câncer de pele não melanoma, por apresentar altos índices de cura, não foi considerado para a pesquisa. Ao todo, 29 mil pacientes tiveram seus perfis analisados por inteligência artificial, sendo que 72,7% foram diagnosticados em hospitais públicos.

A aplicação prática do uso de IA ficaria a cargo da disponibilização das informações no prontuário digital, já utilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2017. O prontuário já é uma tecnologia que possibilita a consulta do histórico clínico,

resultados de exames e dados sobre os pacientes.

O professor Alexandre Chiavegatto Filho, diretor do Labdaps e docente da FSP, explicita os benefícios da implementação da inteligência artificial. “Os algoritmos garantirão um subsídio à equipe médica. Hoje em dia, o médico possui muita informação dispersa, mas nada que unifique tudo para dar exatamente o que esse profissional gostaria de saber, que é a gravidade desse paciente.”

Agora, os pesquisadores prosseguem para a fase dois do estudo, utilizando uma inteligência artificial 2.0 e adotando um estudo clínico randomizado (com pacientes distribuídos aleatoriamente entre os grupos para evitar vieses). “Nós já descobrimos que esses algoritmos tomam decisões inteligentes na área da saúde. O segundo passo é se perguntar se o profissional de saúde que tem essa informação toma melhores decisões”, afirma o diretor do Labdaps. Além disso, uma possível melhora no prognóstico dos pacientes também será analisada na próxima fase.

ESG 2030

Organizações devem promover avanços significativos na implementação das práticas ESG até 2030



A AGENDA ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) CONTINUA A TER UM IMPACTO SIGNIFICATIVO NAS RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS DE RI (RELAÇÕES COM INVESTIDORES) E PARA AS EMPRESAS DO MERCADO DE CAPITAIS COMO UM TODO. Esse cenário destaca a

importância dos indicadores de boas práticas de governança e de responsabilidade social e ambiental na área. No entanto, de acordo com a pesquisa “Evolução da agenda ESG - O impacto desta transformação nas atividades dos RIs”, conduzida pela Deloitte em parceria com o IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), apesar de a divulgação dos indicadores de governança ocupar o mais alto nível de importância atualmente, é a opinião dos entrevistados que as ações ambientais se tornarão igualmente relevantes nos próximos dois anos.



O estudo, realizado com 55 empresas, das quais 30% são listadas em bolsas de valores no Brasil ou no exterior, mostra, ainda, que a padronização da taxonomia dos indicadores ESG pode colaborar com o processo de comparação das informações divulgadas ao mercado. Ele também aponta para a necessidade de que as organizações invistam em equipes ou pessoas especializadas em ESG para apoiar seus times de RI. Essa demanda sinaliza a inserção de um novo profissional no futuro do setor, o Controller ESG, responsável por analisar a sinergia entre as informações de responsabilidade ambiental, social e de governança, e financeiro-contábeis, além de apoiar o planejamento estratégico.

“A agenda ESG é reconhecida como um fator impulsionador de oportunidades significativas para as empresas, o que evidencia a disposição das organizações em abordar essa temática não apenas como um requisito regulatório, mas como uma estratégia central para agregar valor aos seus negócios. Consequentemente, o mercado demanda profissionais com habilidades multidisciplinares e com conhecimento aprofundado sobre os indicadores sociais, ambientais e de governança. Isso ocorre porque, do ponto de vista das empresas, a falta de equipes especializadas está, hoje, entre os maiores desafios no acompanhamento dos indicadores ESG e na elaboração de relatórios que possam promover uma mudança de paradigma nas demandas internas das organizações”, afirma Reinaldo Oliari, sócio de Audit & Assurance da Deloitte.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O crescente envolvimento dos profissionais de RI com temas ESG, indicado por 88% dos respondentes, reflete uma mudança na abordagem das empresas em relação aos conhecimentos e habilidades necessários para a implementação de práticas e indicadores ambientais, sociais e de governança. O relatório mostra, por exemplo, que 78% das empresas participantes já discutem questões de responsabilidade ambiental nas reuniões de Conselho. Assim, a inclusão de especialistas nessa área nas equipes de RI pode contribuir para a criação de valor de forma mais equilibrada e abrangente. De acordo com

o relatório, 30% dos entrevistados afirmaram ter um especialista em ESG em sua equipe de RI, enquanto 17% têm planos de contratar um ainda em 2023. O cenário também reforça o desafio para o profissional de RI, que, além de avançar em seus conhecimentos multidisciplinares, precisa se especializar cada vez mais em temas e indicadores ESG.

Segundo a avaliação a longo prazo do relatório, as empresas devem promover avanços significativos na implementação das práticas ESG até 2030. Nesse sentido, as organizações que buscam antecipar essa jornada de transformação estão criando oportunidades para um desempenho aprimorado nos próximos anos. Em relação à importância de incorporar as questões ESG em suas estratégias de negócio, 85% das empresas responderam que planejam fazê-lo por meio da criação de métricas relacionadas ao tema, 65% pela incorporação dos valores ESG à identidade corporativa, 55% têm a intenção de estabelecer um Comitê de Sustentabilidade e 53% desejam promover ações ESG entre os colaboradores.

As empresas estão cada vez mais comprometidas em monitorar os indicadores ESG e devem continuar expandindo suas práticas de divulgação ao mercado, a fim de atender às crescentes expectativas dos stakeholders em relação à sustentabilidade.





Reinaldo Oliari,
sócio de Audit &
Assurance da
Deloitte

de e à responsabilidade corporativa. Atualmente, quase todas as empresas respondentes monitoram indicadores ESG – ambientais, 95% delas; sociais, 94%; e de governança, 93%. Dentre os indicadores, os sociais são os mais divulgados ao mercado (por 66% das empresas respondentes). Entre os indicadores específicos incluídos, estão os de consumo de energia (83%), do volume de resíduos reciclados/ enviados para reutilização (77%), dos programas de treinamento para funcionários (82%), de saúde e segurança no trabalho (80%), do Código de Ética e Conduta (90%), do canal de denúncias (82%) e da privacidade de dados (80%).

Ao serem questionados sobre os desafios relacionados ao monitoramento de indicadores ESG e à elaboração de relatórios, 61% dos entrevistados destacaram a falta de padronização dos dados como o principal problema, seguido pela escassez de equipe especializada (59%), a ausência de ferramentas para coleta de informações (57%), a dispersão das informações (41%) e a dificuldade em mensurar o impacto financeiro (39%).



ESG NA SAÚDE

A **ABIMED** (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde) lançou a publicação Iniciativas ESG das Associadas ABIMED. O documento reúne doze projetos inovadores da indústria de dispositivos médicos, relacionados às questões ambientais, sociais e de governança, que estão moldando o futuro do setor. São iniciativas das empresas Baxter, BD, Carl Zeiss, Fresenius Medical Care, GE Healthcare, Johnson & Johnson Medtech, Medtronic, Philips, Roche Farma, Siemens Healthinners, Smith + Nephew e H. Strattner.

Em formato de revista digital, a publicação apresenta soluções e estratégias que mostram, na prática, a aplicação dos conceitos dos pilares ESG no setor de saúde e demonstra o compromisso da ABIMED com o tema – um dos eixos estratégicos da entidade. “À medida que o ESG se consolida como protagonista na indústria, os benefícios são concretos. Empresas alinhadas com tais critérios tendem a atrair investidores, garantindo financiamento contínuo para a inovação. Além disso, uma reputação sólida em ESG ajuda a atrair e reter talentos, cada vez mais interessados em trabalhar para organizações que compartilhem dos seus valores. Ademais, o fator educacional positivo que essas iniciativas têm em toda a cadeia produtiva e na população em geral são indiscutíveis”, afirma o presidente executivo da ABIMED, Fernando Silveira Filho.



A publicação está disponível em
www.abimed.org.br

ROI

DO BEM-ESTAR

De acordo com mais de 2 mil líderes globais de RH, benefícios abrangentes de bem-estar oferecem um retorno direto sobre o investimento e, ao mesmo tempo, aumentam o engajamento, a retenção e a produtividade



O GYMPASS, HUB DE BEM-ESTAR CORPORATIVO, DIVULGOU SEU PRIMEIRO ESTUDO ANUAL ROI DO BEM-ESTAR. A pesquisa é baseada em um levantamento com mais de 2 mil líderes de Recursos Humanos que estão investindo no bem-estar da força de trabalho em nove países, incluindo Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. Em novembro de 2022, a empresa divulgou o precursor desse estudo, o Panorama do Bem-Estar Corporativo, que fez uma descoberta significativa: estamos em uma crise de bem-estar. Os colaboradores das empresas estão mais estressados do que nunca e passaram a exigir de seus empregadores recursos de saúde física e emocional.



INVESTIMENTOS EM SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SÃO INVESTIMENTOS DIRETOS NOS NEGÓCIOS

Se os últimos anos nos ensinaram algo, é que equipes estressadas e com a saúde prejudicada não produzem como deveriam. Para prosperar, as empresas precisam de colaboradores felizes, engajados e saudáveis. É mais provável que empresas que oferecem os benefícios adequados e recursos para o bem-estar dos colaboradores gerem lucros maiores, superem as metas financeiras, tenham taxas menores de absenteísmo, menos despesas com assistência médica e ainda observem uma valorização de suas ações.

No entanto, muitas empresas ainda deixam de explorar todo o potencial do bem-estar corporativo. O estudo de 2022 mostrou que um em cada quatro colaboradores está insatisfeito no trabalho e afirma que, por conta do emprego, não tem tempo para cuidar do bem-estar. Mais de um terço deles se sentem desamparados e dizem que a empresa não demonstra qualquer comprometimento com sua qualidade de vida. Para os colaboradores, essas questões importam: 85% deles afirmam que ficariam no cargo atual se a empresa desse mais atenção ao bem-estar.

BEM-ESTAR DOS COLABORADORES NÃO É MAIS OPCIONAL

Agora, o ROI do Bem-Estar leva essa descoberta um passo adiante. O estudo descobriu que as organizações não podem mais separar o desempenho de seus negócios do bem-estar de suas equipes, pois o desempenho das empresas e a qualidade de vida dos colaboradores estão diretamente conectados.

Empresas que oferecem apoio e recursos adequados para priorizar o bem-estar dos colaboradores contam com uma força de trabalho mais feliz, engajada e produtiva. Essas companhias medem um retorno positivo dos investimentos que contribui diretamente para seus resultados, demonstrando como os benefícios abrangentes de bem-estar são vantajosos para os empregadores e seus funcionários.

Priscila Siqueira, líder do Gympass no Brasil



📷 Claudio Gatti

O RELATÓRIO DESCOBRIU GLOBALMENTE QUE:

- 90% das empresas que mensuram os resultados dos programas de bem-estar veem um retorno positivo dos investimentos;
- companhias que mensuram o impacto dos seus programas de bem-estar descobriram que eles são muito ou extremamente importantes para aquisição de talentos (78%), satisfação (88%) e retenção (79%);
- 85% dos líderes de RH avaliam que os programas de bem-estar diminuem o custo de atração e retenção de talentos e aumentam o engajamento das equipes;
- 85% dos líderes de RH observam redução de afastamentos e licenças médicas como resultado de benefícios abrangentes de bem-estar;
- 78% dos líderes de RH relatam que seus programas de bem-estar reduzem os custos com despesas de saúde.



NO BRASIL, OS LÍDERES DE RH SÃO AINDA MAIS OTIMISTAS COM OS IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE BEM-ESTAR NOS RESULTADOS DAS ORGANIZAÇÕES E COM O QUANTO O C-LEVEL VALORIZA O TEMA:

- 97% das empresas brasileiras que mensuram o ROI dos seus programas de bem-estar veem resultados positivos;
- quase a totalidade dos participantes do C-Level defendem o bem-estar dos colaboradores, com 97% valorizando essas iniciativas;
- 97% dos líderes de RH no país dizem que programas de bem-estar são muito ou extremamente importantes para a satisfação dos colaboradores;
- 89% dizem que os benefícios de bem-estar são importantes para a aquisição de talentos, e 86% afirmam que são importantes para a retenção;
- já o C-Level enxerga de forma quase unânime o impacto dos benefícios de bem-estar, com 99% afirmando que eles são importantes para a satisfação dos colaboradores, 96% dizendo que são importantes para a aquisição de talentos e 96% apontando que são importantes para a retenção;
- 82% das empresas observam redução nos custos de plano de saúde, e 88% atribuem aos programas de bem-estar uma queda no número de faltas no trabalho por questões médicas;
- o C-Level também reconhece o potencial dessas iniciativas: 90% dos executivos consideram que eles são uma medida que traz redução de custos e 85% dizem que são uma vantagem competitiva.

“Os resultados da primeira edição do ROI do Bem-Estar mostram que há um consenso entre os líderes de RH de que é essencial priorizar o bem-estar dos colaboradores para garantir o desempenho das companhias. No entanto, muitos ainda têm dificuldade para calcular o retorno sobre o investimento”, afirma Priscila Siqueira, líder do Gympass no Brasil.

De acordo com a executiva, as empresas precisam entender que os investimentos em saúde, qualidade de vida e bem-estar são investimentos diretos nos negócios. “Diante da crise de bem-estar que a força de trabalho enfrenta, as empresas que tiverem essa percepção terão sucesso no longo prazo, e as que ignorarem essa realidade inevitavelmente ficarão para trás. O estudo demonstra a importância do bem-estar para a força de trabalho e oferece ferramentas para mensurar o seu impacto — um componente essencial na medida em que as empresas precisam lidar com aumento de custos e mudanças de prioridades”, ressalta.

Já para Renato Basso, Vice-Presidente de Pessoas do Gympass, empresas que priorizam a saúde e a felicidade dos colaboradores permitem que eles tenham o engajamento para se envolverem profundamente em suas atividades e entregarem melhores resultados. “Nós descobrimos que, para a maioria dos funcionários, o bem-estar é tão importante quanto o salário. Agora, temos dados para demonstrar que, quando as empresas apoiam seus colaboradores em suas jornadas de bem-estar, eles têm mais saúde e energia para se dedicar ao trabalho e ajudar os negócios a prosperarem. Ao investir em bem-estar corporativo, as empresas conseguem atrair e reter os melhores talentos, impactando positivamente o sucesso da organização”, conclui.



ETARISMO

NO MERCADO DE TRABALHO

Pesquisa mostra que empresas não têm políticas para contratação de profissionais de 50 anos ou mais



EM 2022, A EY E A MATURI, EMPRESA QUE PROMOVE DIVERSIDADE ETÁRIA POR MEIO DE AÇÕES DE RECOLOCAÇÃO, produziram um diagnóstico para entender a maturidade das iniciativas das empresas com relação à contratação e à retenção de profissionais com mais de 50 anos. Segundo o levantamento, que ouviu 191 empresas de 13 setores, as organizações têm programas e ações sólidos em relação a gênero, raça/etnia, PcD e LGB-TQIA+, mas ainda estavam nos primeiros passos do combate ao etarismo.



Oliver Kamakura, sócio de consultoria em gestão de pessoas da EY

Um ano após o lançamento da pesquisa, as empresas se reuniram novamente para saber, dessa vez do ponto de vista das pessoas 50+, como está o mercado para os maturis, e também comparar as expectativas do grupo com o que foi visto na pesquisa realizada no ano anterior.

O resultado é preocupante, uma vez que a necessidade e a disposição dos profissionais experientes em permanecer no mercado de trabalho continuará a crescer e, por outro lado, as empresas não têm evoluído de forma significativa com suas ações para esse público, criando uma lacuna ainda maior.

Ao longo dos últimos anos, várias mudanças abalaram o mercado de trabalho, como a chegada de novas tecnologias, a implementação de programas para endereçar questões relacionadas à diversidade, equidade e inclusão, o advento do trabalho remoto, entre outros. Esses fatores contribuíram para o estabelecimento de uma nova relação entre profissionais e empresas, com muito mais ênfase em flexibilidade, estabilidade financeira, senso de pertencimento e

inclusão. No entanto, de acordo com o estudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido para atender os profissionais mais experientes e cada vez mais dispostos a permanecer no mercado.

Com o envelhecimento da população do Brasil em um ritmo acelerado, torna-se fundamental entender a força de trabalho brasileira de pessoas com mais de 50 anos e mostrar que as necessidades são amplas, dinâmicas e evoluem junto com as questões sociais, econômicas e culturais do país.

“Até 2030, o Brasil terá a quinta maior população idosa do mundo, o que vai impactar a sociedade e, por consequência, o mundo do trabalho. O contexto para o profissional mais velho não é animador. O etarismo, que é o preconceito contra pessoas mais velhas, presenciado no nosso dia a dia, está espelhado no mercado”, diz Oliver Kamakura, sócio de consultoria em gestão de pessoas da EY para o Brasil.

Já para Morris Litvak, CEO da Maturi, o estudo mostrou que oito em cada dez entrevistados disseram que suas empresas não têm políticas específicas para

contratação de profissionais com 50 anos ou mais. “Geralmente, vemos que a empresa faz contratações pontuais de profissionais dessa idade, sem que esteja preparada para isso, apenas com o objetivo de dizer que tem duas ou três vagas preenchidas por esses colaboradores. Há, ainda, aquelas que fazem uma palestra sobre etarismo na semana de diversidade, mas não dão continuidade com políticas efetivas de contratação e retenção. Ou seja, não se trata de algo cultural ou estratégico, e o assunto está longe de ser prioridade, com suporte da liderança”, destaca.

O AUMENTO DE VAGAS PARA 50+ DEVE OCORRER NO MÉDIO PRAZO COM UM ALTO POTENCIAL PARA SETOR DE SAÚDE, SERVIÇOS E TECNOLOGIA

Ainda segundo Litvak, a realidade é bem desanimadora para esses profissionais, que, a exemplo dos demais, precisam trabalhar. “Esse é um tema que interessa a todos nós, independentemente de raça, de credo, de gênero ou de classe social. Todos nós envelheceremos. Acredito que esse assunto seja relativamente novo no Brasil porque a mudança demográfica tem sido acelerada. Há, ainda, uma visão de que somos um país jovem. Não nos acostumamos com a realidade de envelhecimento. Por isso, o etarismo ainda não é olhado com a devida seriedade”, observa.

RESULTADOS ATUAIS

Em 2023, a Maturi realizou um novo levantamento, dessa vez com 4.840 pessoas cadastradas em sua base, a respeito de sua visão sobre o mercado de trabalho e sobre si mesmos. Com base nas informações das duas pesquisas, foi produzido um estudo que buscou evidenciar as barreiras do mercado formal de trabalho para maturis.

OS PRINCIPAIS RESULTADOS DESSA ANÁLISE FORAM:

- 1 - há uma lacuna crescente entre a necessidade de recolocação e o apetite das organizações em recolocar 50+;
- 2 - quase todos os maturis buscam recolocação, incluindo aposentados e quem está feliz com sua ocupação atual;
- 3 - as pessoas 50+ estão preparadas para reingressar no mercado formal de trabalho;
- 4 - a postergação da aposentadoria é inevitável;
- 5 - depois de 1 ano, as empresas não evoluíram no combate ao etarismo.

AUMENTO DE RECEITA

O estudo demonstra que, em termos de resultados, há muito a ganhar com profissionais experientes. “As empresas com ações positivas de diversidade para profissionais de 50 anos ou mais atingiram um aumento médio de até 19% nas suas receitas. E, na área de tecnologia, cujo predomínio é de jovens, os profissionais mais velhos, ainda segundo o levantamento, contribuem muito para o desenvolvimento de inovações e novos produtos porque, em comparação com os mais jovens, trazem uma visão mais estruturada e direcionada para a busca da solução”, afirma Kamakura.

O problema identificado por uma série de pesquisas é que, a partir de certa idade, os colaboradores não são sequer convidados pelas empresas para participar de treinamentos. “A consequência é que eles acabam ficando defasados e saindo da organização, sem que isso seja culpa deles. A empresa não está olhando para o lifelong learning. Esse e outros aspectos devem ser considerados para que a integração e a retenção dos profissionais mais velhos sejam bem-sucedidas”, finaliza Litvak.

O QUE AS PESSOAS 50+ BUSCAM

Os dados de pesquisa atual mostram que 93% dos maturis estão buscando recolocação, sendo 53% mulheres e 40% homens. Menos de 30% são aposentados, 54% possuem alguma ocupação e 21% dispõem de outras fontes de renda, mas 47% estão desempregados ou sem ocupação que gere rendimentos.



A maioria dos respondentes está infeliz com sua posição atual (73%). Aproximadamente 30% dos respondentes são os chamados “nem-nem maduro”, grupo de pessoas que não estão trabalhando e também não estão aposentadas. Todos os classificados dessa forma estão buscando recolocação. Entre os “nem-nem maduros”, 51% estão desempregados há menos de 1 ano, 12% entre 1 e 2 anos, e 36% há mais de 2 anos, indicando que houve um aumento nas taxas de desemprego nos últimos doze meses.

Esses dados apontam que os maturis têm buscado novas possibilidades de ocupação e renda, tanto pela necessidade de geração de renda e infelicidade quanto pela busca por realização e novas possibilidades de atuação.

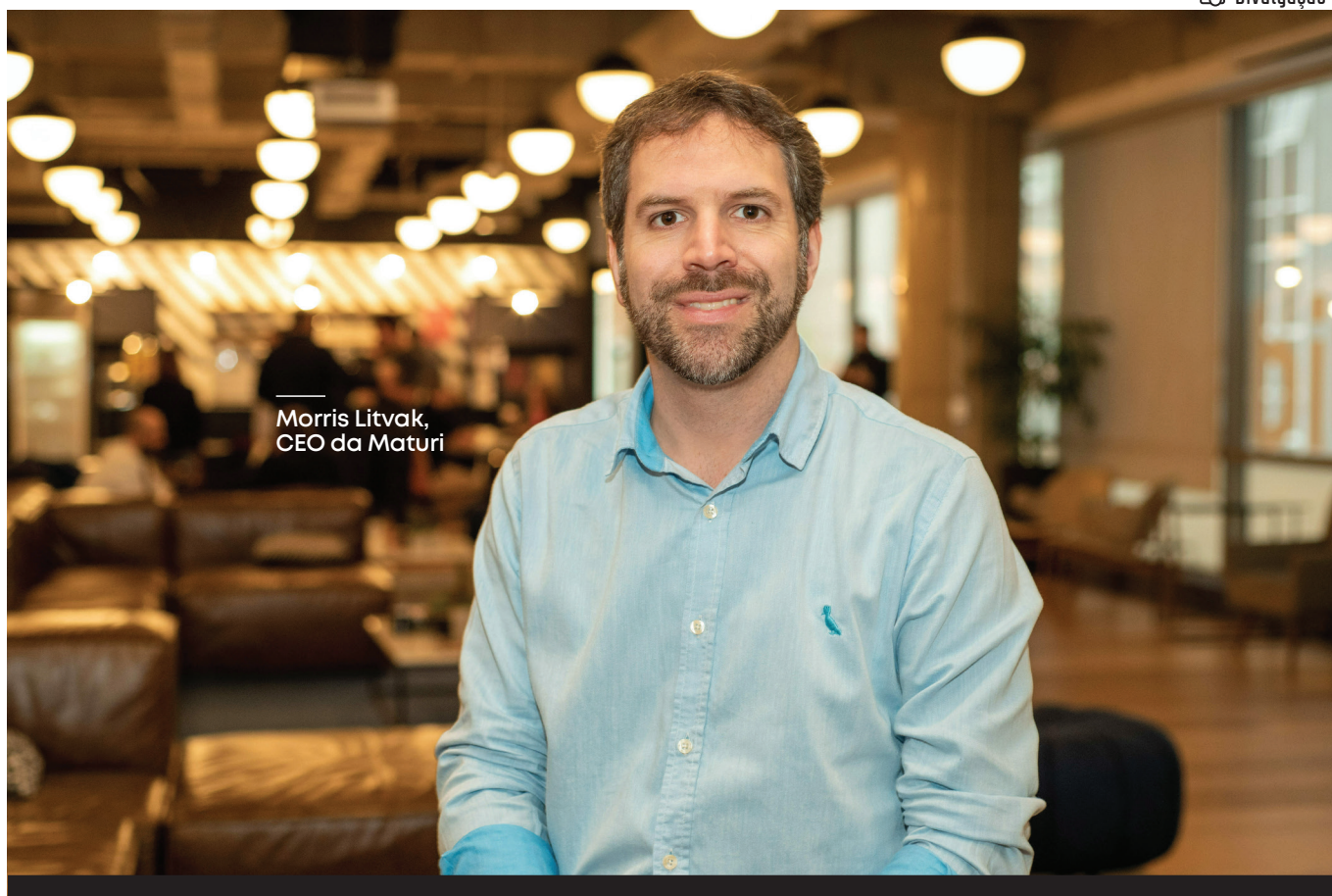
Boa parte dos entrevistados apresenta um alto nível educacional. 76% possuem formação superior, sendo 36% com graduação completa, 34% cursaram pós-graduação ou MBA, e 6% realizaram mestrado ou doutorado.

Além disso, 80% dos respondentes se sentem preparados para o mercado de trabalho com relação à sua atualização profissional, e 70% se sentem preparados para um processo seletivo.

SETORES E CARGOS DESEJADOS

Os 50+ que indicaram a carga horária desejada buscam, principalmente, emprego em tempo integral (77%) e 23%, meio período. As ocupações alternativas ao mercado formal de trabalho mais procuradas são 34% consultor, 32% autônomo/freelancer e 11% empreendedor.

As buscas por recolocação são principalmente voltadas aos setores de varejo, serviços e financeiro, os quais, em sua maioria, continuam sendo setores em que os maturis possuem um histórico profissional. Porém, a alta busca pelo setor de varejo não é necessariamente pelo tipo de trabalho, mas pela facilidade de entrada com relação à exigência de formação. Mesmo que os setores de busca se relacionem com sua experiência, alguns maturis estão dispostos a buscar por atuações em cargos inferiores aos anteriormente ocupados.



Morris Litvak,
CEO da Maturi

SETORES E CARGOS OFERTADOS

De acordo com as empresas que foram ouvidas, o aumento de vagas para 50+ deve ocorrer no médio prazo com um alto potencial para os setores de saúde, serviços e tecnologia, mas com um interesse maior pelo setor de serviços. Essa condição pode ser um reflexo das políticas e ações adotadas por esses setores, como a shortlist e os formatos de contratação e processo seletivo às cegas. O setor que prevalece interessado em ter colaboradores 50+ é o de serviços. No entanto, o setor de saúde tem se mostrado mais interessado na pauta: das 4 primeiras certificações de Age Friendly Employer no Brasil concedidas pela Maturi, 3 foram para empresas farmacêuticas.

Quanto aos cargos, as empresas possuíam profissionais 50+ principalmente em cargos de liderança (29% alta liderança e 29% liderança média) e especialista (24%). Por outro lado, os cargos mais frequentes das últimas posições dos 50+ pesquisados são lideran-

ça média (41%), assistente (15%) e analista (10%). Os dados internos da Maturi trazem que os principais cargos trabalhados nas vagas afirmativas abertas no último ano foram de analistas (33%), especialistas (23%) e gerentes (18%).

Com essas informações, é possível dizer que os 50+ ocupam cargos de liderança, principalmente por envelhecerem dentro das organizações, mas atualmente as empresas têm aberto mais cargos de analistas e especialistas para esse público. Os 50+ frequentemente relatam que recebem negativas em processos seletivos por terem mais conhecimento e experiência do que o buscado pelos contratantes.

O estudo conclui que tal cenário exige um entendimento por parte das empresas de que o currículo dos maturis possuirá um histórico maior do que costumam receber, e esse é um grande benefício para a organização.



UMA DÉCADA DE TRANSPARÊNCIA

O impacto da Lei Anticorrupção na cultura de compliance



A LEI ANTICORRUPÇÃO (12.846/2013) COMPLETOU UMA DÉCADA EM AGOSTO, DESEMPENHANDO UM PAPEL CRUCIAL NA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE CONFORMIDADE NAS ORGANIZAÇÕES. Isso foi possível

através da implementação de diversos conceitos e mecanismos, incluindo acordos de leniência, e a introdução da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas, dispensando a necessidade de comprovação de culpa ou dolo. A legislação também oferece incentivos para a implementação de sistemas de conformidade pelas empresas.

Ao longo desses 10 anos, a norma tem se mostrado uma resposta firme e direta no combate à corrupção, seguindo os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Além de desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de uma cultura de integridade no setor empresarial, a LAC tem sido um instrumento eficaz para alterar as relações tanto nos setores públicos quanto nos privados.

Uma das suas inovações mais notáveis é a previsão da responsabilidade objetiva das empresas envolvidas em irregularidades contra a administração pública nacional ou estrangeira. Além disso, a lei fomenta a adoção de programas internos de integridade, promovendo a pauta da ética empresarial e encorajando a colaboração direta com o estado por meio dos acordos de leniência.

Dessa forma, a Lei Anticorrupção visa estabelecer um ambiente íntegro, fundamentado na ética e na transparência das relações entre os setores público e privado.

PERCEPÇÃO DO MERCADO

Segundo análise conduzida pela EY, a percepção das organizações em relação à lei está alinhada com a ideia de uma transformação positiva no mercado. Isso porque elas acreditam que a legislação contribuiu para disseminar sistemas de integridade (99% das respostas) e para a expansão da cultura de compliance (98%), ajudando, ainda, a atrair investimento estrangeiro de qualidade (92%). Esses dados fazem parte de estudo da Transparência Internacional – Brasil e da Quaest. Para obtê-los, foram entrevistados executivos de compliance e da alta direção de 100 das 250 maiores empresas brasileiras, de acordo com a edição do ano passado do ranking Valor 1000. A Lei Anticorrupção obteve aprovação praticamente unânime, de 95% dos respondentes.

Por outro lado, há desafios que precisam ser superados, como a regulamentação por estados e municípios, a dosimetria de multas, a segurança jurídica dos acordos de leniência e os questionamentos referentes às práticas de cooperação internacional. No entanto, nenhum desses desafios é tão relevante quanto a imaturidade do sistema de integridade das empresas, característica apontada por 91% dos entrevistados, que só por vezes baliza comportamentos. Para 54% dos respondentes, apenas uma minoria das empresas garante autonomia, segurança e apoio para os pro-





fissionais de compliance conduzirem seu trabalho.

O cenário se mostra ainda mais desafiador para as pequenas e médias empresas (PMEs), já que 57% dos entrevistados consideram que ainda seja pouco o impacto da lei para o fortalecimento do compliance nesse segmento.

■ ELEVAÇÃO DOS PADRÕES DE COMPLIANCE

A adesão do Brasil à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é considerada pela maioria (87% dos entrevistados) como potencialmente positiva para a elevação dos padrões de compliance no mercado nacional. O país iniciou no ano passado seu processo de entrada no bloco.

Esse movimento pode estimular o Brasil a continuar perseguindo as melhores práticas globais de combate à corrupção, o que passa pelo aperfeiçoamento dos seus próprios mecanismos, conferindo, assim, maior efetividade à Lei Anticorrupção.

Em relação a esse assunto, aliás, o levantamento da Transparência Internacional – Brasil e da Quaest demonstrou que os profissionais veem o enforcement da lei, ou seja, a capacidade de as autoridades aplicarem sanções por seu descumprimento, como fundamental para elevar os padrões de conformidade.

Para 93% dos executivos, as operações anticorrupção ajudaram na transformação dos padrões de integridade das empresas. A maioria, no entanto, percebe que esse enforcement estagnou (36% das respostas) ou caiu (também 36%) nos últimos cinco anos. O estudo conclui que a percepção de menor risco de sanções talvez esteja começando a afetar o investimento das empresas em compliance, já que um em cada cinco entrevistados acredita que a alocação de capital para esse propósito diminuiu nos últimos cinco anos. Também pelo mesmo motivo, a mobilização contínua da sociedade é necessária para que os esforços contra a corrupção continuem a evoluir.

■ IMPACTOS NA INDÚSTRIA MÉDICA

Durante a Hospitalar 2023, a **ABIMED** promoveu um espaço voltado para o debate de assuntos relacionados à indústria de equipamentos médicos em seus diversos aspectos. Entre eles, os “10 anos da Lei Anticorrupção e seus impactos no segmento de equipamentos e dispositivos médicos”. A ética foi o centro do debate, assim como o fato de a aplicação



da lei reforçar um movimento empresarial para a criação de programas de compliance com o objetivo de coibir infrações jurídicas que podem afetar a reputação das organizações e chegar a penalizações equivalentes a 20% do capital da empresa.

Para Marcelo Zenkner, sócio da área de Compliance e Investigação, Direito Administrativo e Projetos Governamentais e ESG da Tozzini Freire Advogados, o mais importante não é penalizar aquilo que está errado, mas valorizar as ações benignas. “A regulamentação da lei nos trouxe uma inserção do fomento à cultura de integridade. A lei não é contra a corrupção empresarial, mas, sim, uma lei de integridade jurídica.”

Para Eduardo Winston, presidente do Conselho de Administração do Instituto Ética Saúde, é preciso um mecanismo que transforme essa lei em uma cultura e forje comportamentos. “Temos de ter adesão para formar a cultura de integridade, e para isso precisamos entender muito mais de Brasil”, explicou. “Muitas vezes os executivos querem programas de compliance não por serem contra práticas

prejudiciais, mas para saber lidar melhor com suas consequências ou até mesmo para escondê-las de maneira eficaz. Acabam pensando mais na margem de lucro do que no paciente em si, quando falamos do setor de saúde”, acrescentou.

Já para Gustavo Biagioli, membro da Comissão de Ética Independente da ABIMED, a comunicação é uma das ferramentas para promover essa cultura entre empresas visando a integridade. “O cumprimento da lei, em si, não é ética, é uma obrigação. Quando vemos um problema de integridade nas nossas empresas, precisamos denunciar pelos canais competentes. Além de comunicar, temos que realizar nossa parte individualmente, disponibilizando canais para essas denúncias. Caso não tenhamos, é nosso dever pedir para que existam”, ponderou.

Para Fernando Silveira Filho, presidente-executivo da ABIMED, os 10 anos da Lei 12.846/13, refletem os objetivos daqueles que acreditam que somente com o aprimoramento dos conceitos e das melhores práticas comerciais, o treinamento constante e a conscientização de todos os atores do mercado, o país poderá



crescer e desenvolver com as melhores práticas mundiais, num ambiente de governança e transparência.

“Nós nos orgulhamos de buscar, de forma contínua e evolutiva, aprimorar, capacitar e atualizar as ações e orientações junto às associadas, sempre dentro dos conceitos mais modernos de compliance, governança e melhores práticas. Uma revisão constante do Código de Conduta, a implantação da primeira Comissão de Ética Independente das Américas, os treinamentos para os colaboradores de suas associadas, os seminários e palestras, além de uma condução através do seu corpo executivo, tendo como um de seus eixos estratégicos exatamente a governança, faz da ABIMED uma associação pioneira e cada vez mais reconhecida nacional e internacionalmente. Estaremos sempre em linha com a ética, a transparência e a boa governança, e temos certeza de que nos próximos 10 anos continuaremos a melhorar cada vez mais o nosso mercado e o nosso ambiente de negócios, contribuindo para o crescimento de um setor tão essencial para a retomada do crescimento do país”, conclui.

PASSOS ALCANÇADOS

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou uma página na internet em comemoração aos 10 anos da Lei Anticorrupção. O hotsite traz informações sobre os benefícios do normativo, os passos já alcançados e as novidades lançadas este ano em busca de aprimoramentos na aplicação da lei. Entre elas: os benefícios da lei anticorrupção; principais aspectos da norma; programas de integridade; e as novidades lançadas nos 10 anos da Lei Anticorrupção.

A página também detalha os três principais aspectos da LAC, que são a responsabilização de pessoas jurídicas, os acordos de leniência e o fomento aos programas de integridade e à cultura ética corporativa. O espaço reúne números do volume de Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) na última década, bem como dados sobre os acordos de leniência, com os valores pactuados e os montantes já pagos pelas empresas até o momento.

Acesse em www.gov.br/cgu/pt-br/10-anos-da-lac

IMPACTO SOCIAL POSITIVO

A jornada de Rubem Ariano, fundador e conselheiro do Instituto Horas da Vida, que oferece acesso à saúde primária a pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de mutirões e outras iniciativas



INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, O INSTITUTO HORAS DA VIDA ATUA DESDE 2013 POR MEIO DE UMA REDE DE VOLUNTÁRIOS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE,

promovendo a inclusão social e o acesso gratuito à saúde para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A organização atua com foco na atenção primária em 17 especialidades e oferece ações como consultas, exames, mutirões, palestras sobre saúde e doação de óculos. Entre outras certificações, detém o Selo Doar, que atesta a transparência nas ONGs brasileiras. Quem lidera a iniciativa é **Rubem Ariano**, fundador e conselheiro do instituto. O executivo também é CEO da empresa Filóo Saúde, healthtech que oferece acesso a serviços médicos por preços acessíveis. Até 2010, ele trabalhou no mercado financeiro, incluindo uma passagem de 18 anos pela Hedging-Griffo (posteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo).





Em 2012, tornou-se sócio de uma plataforma de agendamento de consultas online. Do negócio, surgiu a possibilidade de colocar em prática um sonho: levar saúde a quem mais precisa, aproveitando horas livres de profissionais e empresas de saúde para atender gratuitamente pessoas de baixa renda. Criando, então, o Horas da Vida, que, em dez anos, criou um modelo inovador de atuação e eficiência, por meio da aplicação de tecnologia.

Completando dez anos de atividades, o Instituto Horas da Vida entregou 741.870 mil benefícios, impactando 2,1 milhões de pessoas. Entre os benefícios, 192.379 foram de triagens, consultas médicas, educação em saúde e exames gratuitos, e 491.829 foram

de outras ações, como doações de cestas básicas, medicamentos e outros produtos.

Esses números contribuem para a redução das filas de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o “Mapa do acesso da Saúde em São Paulo”, pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do estado de São Paulo (SindHosp) ao Instituto de Pesquisa Qualibest, os principais desafios do SUS são o tempo de espera (54%), o encaminhamento para realização de exames (38%) e a assistência básica (24%).

“Nós nascemos da vontade de gerar impacto social positivo e, hoje, atuamos como um hub de conexões entre empresas que nos contratam para atender uma

HISTÓRIAS QUE INSPIRAM

Germano Lüders/ Divulgação

Rubem Ariano, fundador do Instituto Horas da Vida



comunidade, profissionais de saúde que doam suas horas para o projeto e ONGs do Brasil inteiro”, conta Ariano. “Esse modelo é tão eficaz que tem levado boas taxas de retorno para a sociedade.” Para cada real investido, a organização retornou mais de R\$ 7,00 para a sociedade nos últimos anos por meio de seus projetos.

O público-alvo consiste em pessoas de todas as idades, garantindo a universalidade do atendimento, e a única restrição é ter renda familiar de até três salários mínimos, além de ser assistido pelas entidades cadastradas junto ao instituto.

Entre as lideranças que integram a iniciativa, está o sanitariano Gonzalo Vecina, que preside o Conselho Consultivo. De acordo com o médico, o SUS é impres-

cindível para a população brasileira, mas são milhões de pessoas que dependem do seu atendimento para ter acesso à saúde.

“O Instituto Horas da Vida acaba sendo um grande auxiliador, pois consegue suprir parte da maior demanda de saúde do país, que é a de atenção primária, deixando o atendimento do SUS livre para casos de maiores urgências”, explica o médico. “Sou parceiro desde o início e vejo o quanto o trabalho desenvolvido pelo projeto tem transformado vidas com a ajuda dos mais de 2,5 mil profissionais de saúde que já doaram suas horas para o projeto”, destaca.



■ AÇÕES

Só em 2022, a organização promoveu 119.944 benefícios em saúde para a população brasileira em situação de vulnerabilidade social, tudo isso por meio de uma rede de profissionais de saúde, ONGs e empresas parceiras.

Dos atendimentos, 40.425 foram triagens, consultas médicas, teleconsultas e orientações de profissionais por telefone. Outras 67.630 ações foram exames e doações de cestas básicas, medicamentos, EPIs e outras. Além disso, o instituto promoveu atividades educacionais, como palestras on-line com temas de saúde, entrevistas e encontros virtuais, impactando com conteúdo de prevenção e saúde cerca de 11.889 pessoas.

No último ano, por meio de parcerias com grandes empresas, o instituto conseguiu realizar eventos como mutirões de saúde, a ação de combate ao colesterol alto no metrô de São Paulo, com uma versão para cada estação, uma exposição sobre diabetes nas estações de trem, a ação de saúde da mulher, com exames gratuitos na capital paulista, e também uma importante live sobre a temática ESG.

A instituição também recebeu os selos GPTW - Great Places to Work e Pra Quem Doar, além de uma gratificante homenagem da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo - FEHOSP por conta da excelência e da relevância do trabalho realizado.

■ FUTURO

Rubem conta ainda que, para os próximos cinco anos, pretende dobrar a quantidade de pessoas impactadas, alcançando o número de 4,2 milhões. “Nosso primeiro passo será investir em tecnologia, e nesse sentido atuamos fortemente em busca de parceiros para aumentar o ciclo de cuidado, que é a jornada do paciente dentro do voluntariado, e o nosso hub de conexão. Mas também pretendemos expandir o atendimento à saúde por meio de novos patrocinadores e buscar parcerias com universidades e empresas com áreas de pesquisa para atuar na educação e na conscientização de forma mais enérgica”, conclui o CEO.

Para saber mais sobre o Instituto Horas da Vida, doar e/ou se voluntariar, acesse o site www.horasdavida.org.br.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO 2022-2023

Antonio Nasser - *Presidente do Conselho de Administração*

Adriano Caldas
Bert Bender
Cristina Almeida
Eduardo Vergés
Fabrício Campolina
Fernando Guerra
Guilherme Costa
Mariana Tolovi
Patricia Frossard
Roberto Alvarenga
Marcelo Dourado

CORPO DIRETIVO

Fernando Silveira Filho | *Presidente Executivo*
Felipe Dias Carvalho | Diretor Regional de Relações Institucionais e Governamentais - Brasília
Mara Mayumy Yano | Gerente de Comunicação e Marketing
Angélica Marques | Gerente de Assuntos Regulatórios
Jorge Roberto Khauaja | Gerente de Legal & Compliance
Silvio Garcia Jr. | Gerente de Relações Institucionais e Governamentais - São Paulo
Tatiana Teixeira | Gerente Administrativa Financeira

REVISTA Vi-TECH

Produção - Revista Medicina S/A - www.medicinasa.com.br
Direção do Projeto - André Ponce
Direção Editorial - Kelly de Souza
Projeto gráfico - YUCA • Estúdio Criativo. www.yucabrasil.com.br
Edição e Revisão - Gabriele Ventura
Gerenciamento do Projeto - Daniele Matos
Supervisão - Lucas Uchôa
Fotografia - Getty Images

A revista **Vi-Tech** é uma publicação quadrimestral produzida por Medicina S/A, sob licença da ABIMED, Alameda dos Maracatins, 508 - 3º andar - Indianópolis, São Paulo - SP, 04089-001.
www.abimed.org.br

Envie seus comentários para comunicacao@abimed.org.br
Para anunciar: Tel: (11) 5092-2568 - Ramal: 203 | e-mail: comunicacao@abimed.org.br





AL. DOS MARACATINS, 508 - 3º ANDAR | CEP 04089-001
INDIANÓPOLIS - SÃO PAULO - SP
+55 11 5092-2568 | WWW.ABIMED.ORG.BR